METHA S.A.
(Controladora e consolidado)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

METHA S.A.
(Controladora e consolidado)

Demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Tel.: +55 71 3271 0598
www.bdo.com.br

Av. Tancredo Neves, 2539
Torre Nova Iorque, 14º andar, Caminho das Árvores
Salvador, BA - Brasil - 41820-021

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
METHA S.A.
São Paulo - SP

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **METHA S.A. ("Companhia"),** identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **METHA S.A.** tendo em vista que, devido a relevância dos assuntos referidos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Saldos com partes relacionadas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7.1 e 28(c) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta valores a receber junto a parte relacionada SAGUA nos montantes de R$ 290.498 e R$ 292.929, individual e consolidado, respectivamente, e a pagar no montante de R$ 286.983 no consolidado, para os quais não recebemos a conciliação. Adicionalmente, a realização do saldo ativo junto a SAGUA, depende do êxito no processo de arbitragem que a controlada instaurou contra a SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto e o Município de Guarulhos. Consequentemente, não conseguimos, por meio de exames alternativos, assegurar sobre a correta apresentação, mensuração e realização dos respectivos saldos de ativo e passivo, bem como determinar seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Alienação da participação societária FIP OASE

Conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 1.2 e 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia, em 14 de maio de 2021, alienou sua participação no FIP OASE ao FIP ZEGAMA. Contudo, tendo em vista decisão proferida pelo Tribunal Arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, foi proferida decisão liminar suspendendo a alienação das cotas, motivo pelo qual o investimento foi classificado como ativo não circulante disponível para venda. A Companhia não possui registrado qualquer compromisso relacionado a essa investida. Caso o processo de transferência da participação não seja aprovado, determinadas obrigações deveriam estar sendo registradas nas demonstrações contábeis da Companhia. Dessa forma, não conseguimos, por meio de exames alternativos, assegurar sobre a correta apresentação e mensuração dos respectivos saldos de ativo e passivo, bem como determinar seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas membro da BDO.

Ativo disponível para venda

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia mantém investimentos em determinadas controladas como disponíveis para venda desde 2015. Até a emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os processos de vendas não foram concluídos e não nos foram apresentados os respectivos planos de venda para os próximos doze meses. Conforme definido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, para que o ativo seja classificado como disponível para venda, a Companhia precisa estar comprometida com o plano de venda, bem como se espera que a venda se qualifique como concluída em até um ano. Considerando que não estão mais satisfeitas as condições para que esses ativos permaneçam como disponíveis para venda, a Companhia deveria incluir no resultado os ajustes decorrentes dessa alteração, bem como refletir os impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos períodos desde a classificação como mantido para venda. Se a Companhia tivesse efetuado a análise da mudança de classificação dos ativos disponíveis para venda, certos elementos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas poderiam ser afetados de forma relevante. Dessa forma, não conseguimos, por meio de exames alternativos, assegurar sobre a correta apresentação e mensuração dos respectivos saldos de ativo e passivo, bem como determinar seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Ausência de exame de auditoria sobre as demonstrações contábeis de investidas indiretas

Não examinamos e não foram examinadas por outro auditor independente, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das investidas indiretas Comandatuba Drilling B.V. e Itapema Drilling B.V., localizadas na Holanda. Consequentemente, não foi possível satisfazermo-nos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos registrados nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, relativos a estas investidas indiretas.

Limitação sobre os saldos individuais e consolidados de Adiantamentos a fornecedores e Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentou a composição financeira conciliada das rubricas de “Adiantamentos a fornecedores” e “Fornecedores”, bem como não apresentou a memória de cálculo de atualização do saldo de fornecedores que consta no plano de recuperação judicial. Desta forma, não pudemos nos assegurar sobre a razoabilidade dos saldos registrados na rubrica de “Adiantamento a fornecedores”, no ativo circulante, nos montantes de R$ 8.828 e R$ 18.655, individual e consolidado, respectivamente, e na rubrica de “Fornecedores”, no passivo circulante, nos montantes de R$ 55.952 e R$ 104.703, individual e consolidado, respectivamente, e no passivo não circulante, no montante de R$ 25.670, individual e consolidado, bem como seus eventuais efeitos nos demais elementos componentes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo nessa data.

Limitação sobre os saldos de tributos e contribuições a recolher

A Companhia não apresentou composição conciliada para os saldos registrados na rubrica “Tributos e contribuições a recolher”, no passivo circulante, individual e consolidado, nos montantes de R$ 57.132 e R$ 86.902, respectivamente, e no passivo não circulante consolidado no montante de R$ 52.905. Consequentemente, não foi possível assegurarmos a razoabilidade destes saldos registrados na rubrica “Tributos e contribuições a recolher” em 31 de dezembro de 2021, bem como seus eventuais efeitos nos demais elementos componentes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo nessa data.

Resultado do exercício

A Companhia não apresentou documentação suporte apropriada e suficiente para as receitas, custos, despesas gerais e administrativas, outras receitas e despesas e resultado financeiro, apresentadas nas demonstrações dos resultados individuais e consolidados. Desta forma, não nos foi possível, nessas circunstâncias, avaliarmos a razoabilidade desses valores registrados no resultado individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Ausência de recebimento de circularizações de instituições financeiras e agentes fiduciários

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui passivos financeiros decorrentes de captações junto a instituições financeiras e emissão de títulos de dívida (debêntures/ *Senior Notes*). Não obtivemos a totalidade das respostas às cartas de confirmações externas (circularizações) enviadas às instituições financeiras e agentes fiduciários. Em que pese termos realizado testes alternativos de auditoria e examinado os saldos registrados, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras e agentes fiduciários, tais como captações, garantias, debêntures, *senior e perpetual notes*, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Acordo global – Órgãos públicos (processos de investigações em andamento)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Grupo METHA, por meio da METHA S.A., assinou acordos com o poder público se comprometendo a pagar os montantes de R$ 1.929.258 (um bilhão, novecentos e vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e oito mil reais) e R$ 226.343 (duzentos e vinte e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil reais) como penalidades decorrentes do resultado de parte destas investigações. Não conseguimos concluir a revisão da mensuração do valor presente do passivo decorrente do acordo global com órgãos públicos, por esse motivo não foi possível determinar eventuais efeitos no passivo, resultado e patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia registrou provisão para fazer frente a esses assuntos, apenas para os acordos já firmados. Considerando o teor das investigações e alegações iniciadas contra a Companhia e suas controladas, bem como o fato de ainda existirem investigações em andamento, outros fatos poderão surgir e poderão afetar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2021.

Ausência de avaliação do passivo atuarial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia não apresentou a memória de cálculo com a atualização dos passivos atuariais, relacionados ao plano de benefícios a empregados na data-base de 31 de dezembro de 2021, registrados nos montantes de R$ 1.045 e R$ 16.777, individual e consolidado, respectivamente. Consequentemente, não foi possível opinar sobre a valorização do passivo atuarial, bem como determinar eventuais efeitos no resultado e patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.1 e 1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em decisão proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA. Esse fato compreende um importante marco dentro de um conjunto de ações implementas pelo Grupo Econômico no processo de reestruturação do seu ambiente de controle e de negócios. Todavia, a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, dependerão do sucesso na implementação do plano de retomada, contratação de novos negócios e eventual geração futura de caixa para liquidação de seus passivos e manutenção das operações, que representam eventos futuros que nesse momento não há como prever. A Companhia apresenta saldos de capital circulante líquido negativo na controladora e no consolidado de R$ 195.194 e R$ 125.464, respectivamente, e passivo a descoberto no montante de R$ 1.960.268 (um bilhão, novecentos e sessenta milhões e duzentos e sessenta e oito mil reais). Adicionalmente, algumas de suas investidas apresentam capital circulante líquido negativo, passivo a descoberto e prejuízo do exercício, assim como, necessidade de aporte de capital. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Ênfases

Contratos de Parceria Público-Privada (‘Contrato de PPP”) das investidas indiretas Arena Fonte Nova e Arena das Dunas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 28 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira da controlada indireta Arenas das Dunas Concessão e Eventos S.A. (“Arena das Dunas”). Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal determinou que depositasse em juízo os pagamentos que seriam realizados para a Arena das Dunas.

Em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte reformou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecerem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (“TCE-RN”), por entender que o percentual anterior era incontroverso, fundamentando-se no relatório apontado pelo TCE-RN.

Adicionalmente, a Nota Explicativa nº 28 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, também menciona o envolvimento da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Fonte Nova”), investimento controlado em conjunto, como polo passivo no processo movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (“TCE-BA”), alegando a existência de irregularidades envolvendo a licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Fonte Nova e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de PPP. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou *impairment* de ativos que reflitam eventuais impactos.

Transferência de controle de investidas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 06 de julho de 2015, a investida indireta Seaworthy Investiment GmbH ("Seaworthy") celebrou contrato de compra e venda com a Sete Intenational One GmbH, alienando a totalidade das ações de emissão das Sociedades Cassino Driling B.V., Curumim Driling B.V. e Salinas Driling B.V. Até 31 de dezembro de 2021, a Sete Intenational One GmbH não havia liquidado suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda e a administração da investida indireta Seaworthy realizou uma provisão para perda de todo o saldo a receber em aberto. Adicionalmente, em 30 de outubro de 2015, a Sete International Two GmbH se comprometeu a adquirir a totalidade das ações das Sociedades Comandatuba Driling B.V. e Itapema Driling B.V. detidas pela investida indireta Seaworthy, desde que obtidas determinadas anuências de terceiros. Em 31 de dezembro de 2021, a transferência de propriedade das Sociedades Comandatuba Driling B.V. e Itapema Driling B.V. para a Sete International Two GmbH não havia sido concluída e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas devem ser lidas nesse contexto.

Reapresentação das demonstrações contábeis anteriormente emitidas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que apresenta valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, ajustados e retificados como previsto no CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por nós que emitimos relatório em 07 de maio de 2021, com abstenção de opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em função dos seguintes assuntos: (i) limitação sobre os saldos de caixa e equivalentes de caixa (ii) redução ao valor recuperável sobre contas a receber; (iii) limitação dos saldos com parte relacionadas; (iv) ausência de avaliação de *impairment* do ativo imobilizado; (v) exame de auditoria sobre as demonstrações contábeis de investidas; (vi) limitação sobre os saldos individuais e consolidados de fornecedores; (vii) limitação sobre os saldos individuais e consolidados das obrigações trabalhistas; (viii) ausência de documentação comprobatória de custos e despesas; (ix) ausência de recebimento de respostas de circularização de instituições financeiras e agentes fiduciários; (x) limitação quanto aos possíveis impactos dos processos de investigação em andamento (xi) ausência de avaliação do passivo atuarial; e incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. Sendo as ressalvas referentes a limitação do saldo de caixa e equivalentes de caixa, redução ao valor recuperável sobre contas a receber, ausência de avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e a limitação sobre os saldos individuais e consolidados das obrigações trabalhistas sem efeito para o período atual.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Salvador, 04 de maio de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Manuel Perez Martinez Junior
Contador CRC BA 025458/O-0 – S - SP

METHA S.A.

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 Reapresentado	2021	2020 Reapresentado
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	44.611	63.945
Aplicações financeiras	13.1	-	-	-	265
Contas a receber	5	56	219	216.020	272.653
Estoques	6	-	358	11.900	28.197
Dividendos a receber		-	3.105	-	3.105
Impostos a recuperar	8	17.546	15.889	21.419	33.464
Despesas antecipadas		-	18	4.536	5.141
Adiantamento a terceiros		8.828	5.909	18.655	10.414
Outros ativos		3.361	2.148	4.501	32.964
Total do ativo circulante		29.791	27.646	321.642	450.148
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	13.1	-	-	12.672	13.380
Contas a receber	5	479	108.183	159.221	276.083
Partes relacionadas	7.1	485.035	897.998	300.129	319.885
Estoques	6	-	-	-	98.928
Impostos a recuperar	8	-	-	1.950	2.749
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	5.515	8.833
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios		3.130	3.071	4.099	36.709
Despesas antecipadas		-	-	825	3.523
Outros ativos		1.199	1.201	11.413	30.674
Investimentos	10	646.921	7.800.256	226.186	203.223
Imobilizado	11	2.378	4.808	28.856	66.830
Intangível	12	-	-	103.078	7.145
Total do ativo não circulante		1.139.142	8.815.517	853.944	1.067.962
Total do ativo		1.168.933	8.843.163	1.175.586	1.518.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
			Reapresentado		Reapresentado
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	14	55.952	59.279	104.703	1.104.684
Empréstimos e financiamentos	13.2	88.289	13.442	184.935	823.466
Debêntures	13.3	-	405.145	17.642	87.158
Senior e Perpetual Notes	13.4	-	-	9.401	-
Salários, provisões e contribuições sociais		3.413	1.284	14.854	112.095
Tributos e contribuições a recolher		57.132	43.904	86.902	570.450
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	1.256	174.267
Parcelamento de tributos federais		-	1.676	5	25.233
Partes relacionadas	7.1	-	239.571	-	138.192
Adiantamentos de terceiros		333	2	779	256.098
Receita diferida	16	-	-	-	267
Retenções contratuais		293	296	994	33.332
Obrigações por compra de imóveis e incorporações	18	-	-	-	254.602
Conta corrente de consórcios		2	2	2	149.742
Acordo global órgãos públicos	19	18.764	2.066	18.764	14.887
Outros passivos		807	226	6.869	158.511
Total do passivo circulante		224.985	766.893	447.106	3.902.984
Passivo não circulante					
Fornecedores	14	25.670	23.937	25.670	153.429
Empréstimos e financiamentos	13.2	149.297	201.211	270.087	324.826
Debêntures	13.3	636.835	1.111.650	794.644	570.182
Senior e Perpetual Notes	13.4	-	-	121.668	122.063
Tributos e contribuições a recolher		-	-	52.905	90.918
Parcelamento de tributos federais		-	2.504	4	40.967
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	842.110	-	844.035
Partes relacionadas	7.1	756.689	5.928.031	387.215	402.146
Adiantamentos de terceiros		3.735	3.740	14.135	22.245
Provisões para contingências	21	101.858	31.920	173.918	906.316
Provisão para perdas em investimentos	10	538.763	5.930.628	110.678	82.905
Receita diferida	16	25	93	11.195	316.152
Obrigações por compra de imóveis e incorporações	18	-	-	-	136
Acordo global órgãos públicos	19	659.212	469.693	659.212	524.134
Provisão de custos de projetos		1.930	1.931	1.930	14.964
Outros passivos		30.202	24.560	50.045	64.619
Total do passivo não circulante		2.904.216	14.572.008	2.673.306	4.480.037
Passivo a descoberto	20				
Capital social		547.694	546.711	547.694	546.711
Reservas de reavaliação		2.946	11.347	2.946	11.347
Outros resultados abrangentes		(218.851)	(2.623.196)	(218.851)	(2.623.196)
Prejuízos acumulados		(2.292.057)	(4.430.600)	(2.292.057)	(4.430.600)
Total do passivo a descoberto dos controladores		(1.960.268)	(6.495.738)	(1.960.268)	(6.495.738)
Participação dos não controladores		-	-	15.442	(369.173)
Total do passivo a descoberto		(1.960.268)	(6.495.738)	(1.944.826)	(6.864.911)
Total do passivo e passivo a descoberto		1.168.933	8.843.163	1.175.586	1.518.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Demonstrações dos resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 Reapresentado	2021	2020 Reapresentado
Receita líquida	23	885	1.762	287.493	421.903
Custos na venda de imóveis e dos serviços prestados	24	(72)	(815)	(171.283)	(269.839)
Lucro bruto		813	947	116.210	152.064
Despesas gerais e administrativas	24	(39.022)	(9.599)	(78.195)	(179.305)
Outras receitas (despesas), líquidas	24 e 25	(450.581)	58.899	(398.955)	(573.386)
Efeito líquido da reestruturação societária (M&A)	10	1.428.118	-	1.943.231	-
Receitas (despesas) operacionais		938.515	49.300	1.466.081	(752.691)
Prejuízo antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras e impostos		939.328	50.247	1.582.291	(600.627)
Resultado de equivalência patrimonial	10	609.620	(336.386)	59.437	22.308
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		1.548.948	(286.139)	1.641.728	(578.319)
Receitas financeiras		128.079	29.464	207.548	425.229
Despesas financeiras		(380.593)	(285.158)	(547.448)	(510.595)
Resultado financeiro	26	(252.514)	(255.694)	(339.900)	(85.366)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		1.296.434	(541.833)	1.301.828	(663.685)
Imposto de renda e contribuição social	17				
Correntes		-	-	(15.256)	(13.490)
Diferidos		842.109	6.566	847.775	67.011
Lucro (Prejuízo) do exercício		2.138.543	(535.267)	2.134.347	(610.164)
Lucro (Prejuízo) do exercício atribuível aos:					
Controladores				2.138.543	(535.267)
Não controladores				(4.196)	(74.897)
Total				2.134.347	(610.164)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
		Reapresentado		Reapresentado
Lucro (Prejuízo) do exercício	2.138.543	(535.267)	2.134.347	(610.164)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:				
Ganhos (perdas) cambiais de conversão de operações financeiras no exterior	(339.104)	690.602	(339.104)	690.602
Ajustes de avaliação patrimonial nas investidas	53.022	(1.268.221)	53.022	(1.300.803)
Realização de ajustes cambiais das demonstrações financeiras no exterior (Nota 10)	2.690.427	-	2.690.427	-
Total do resultado abrangente do exercício	4.542.888	(1.112.886)	4.538.692	(1.220.365)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:				
Controladores			4.542.888	(1.112.886)
Não controladores			(4.196)	(107.479)
			4.538.692	(1.220.365)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora e Consolidado)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Reservas de reavaliação						
	Capital Social	Ativos próprios	Ativos de controladas	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	500.000	2.947	8.400	(2.045.577)	(3.895.333)	(5.429.563)	(268.614)	(5.698.177)
Aumento de capital	46.711	-	-	-	-	46.711	-	46.711
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(535.267)	(535.267)	(74.897)	(610.164)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(577.619)	-	(577.619)	(32.582)	(610.201)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(577.619)	(535.267)	(1.112.886)	(107.479)	(1.220.365)
Outras mutações patrimoniais:								
Participações de não controladores no patrimônio líquido de controladas	-	-	-	-	-	-	6.920	6.920
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	546.711	2.947	8.400	(2.623.196)	(4.430.600)	(6.495.738)	(369.173)	(6.864.911)
Aumento de capital	983	-	-	-	-	983	-	983
Lucro do exercício	-	-	-	-	2.138.543	2.138.543	(4.196)	2.134.347
Outros resultados abrangentes	-	-	-	2.404.345	-	2.404.345	-	2.404.345
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	2.404.345	2.138.543	4.542.888	(4.196)	4.538.692
Outras mutações patrimoniais:								
Realização de reserva de reavaliação (Nota 10)	-	(1)	(8.400)	-	-	(8.401)	-	(8.401)
Participações de não controladores no patrimônio líquido de controladas	-	-	-	-	-	-	388.811	388.811
Saldos em 31 de dezembro de 2021	547.694	2.946	-	(218.851)	(2.292.057)	(1.960.268)	15.442	(1.944.826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 Reapresentado	2021	2020 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		1.296.434	(541.833)	1.301.828	(663.685)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício antes dos impostos :					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(609.620)	336.386	(59.437)	(22.308)
Depreciações e amortizações / *impairment*	24	1.239	1.841	4.625	15.315
Efeito líquido da reestruturação societária (M&A)	10	(1.428.118)	-	(1.943.231)	-
Acordo global órgãos públicos (Nota 19)	24	195.561	-	195.561	-
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas		142.415	179.800	270.816	13.494
Resultado na venda de imobilizado	25	3.854	2.368	(1.512)	(5.163)
Realização de receita de permuta		-	-	(30)	-
Provisão (reversão) da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	5 e 25	105.640	-	105.640	40.888
Baixa de contas a receber	25	-	-	-	1.753
Provisão para participação nos resultados	24	-	-	-	(1.912)
Atualização de ativo financeiro		-	-	(87.467)	(105.757)
Provisão para contingências		69.938	19.311	86.825	172.778
Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*")	25	87.368	-	170.097	229.432
Provisão de custo de projeto		-	-	178	-
Provisão para perda de ativos	25	-	-	202	127.720
Ajuste a valor presente	26	-	-	-	(14.587)
Ajuste a valor justo	26	94.868	94.622	98.449	74.980
Ganho na reestruturação de dívidas financeiras	24	-	-	-	(9.643)
Outros		28.995	(77.770)	(67.122)	30.424
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		2.228	(19.509)	41.078	88.876
Estoques		358	(23)	(14.510)	(21.617)
Impostos a recuperar		(1.657)	306	(2.414)	(25)
Despesas antecipadas		18	268	(4.411)	2.582
Outros ativos		(111.543)	585	(131.494)	(3.090)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(3.327)	2.839	58.995	62.333
Salários, provisões e contribuições sociais		2.129	(334)	12.876	(1.407)
Tributos e contribuições a recolher		10.724	3.341	(21.898)	39.230
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	8	14.950
Adiantamentos de terceiros		326	105	79.744	37.204
Receita diferida		(69)	-	9.922	(102.754)
Pagamento de tributos federais		(1.676)	(2.062)	(2.058)	(5.885)
Outros passivos		(24.147)	(8.170)	(24.422)	46.649
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(138.062)	(7.929)	76.838	40.775
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aplicações financeiras, líquidas		-	-	1.879	1.921
Aquisição de investimento	10	-	(1)	(18.968)	(1)
Redução de capital de investida		-	-	1.471	-
Aquisição de imobilizado		(4.272)	-	(31.393)	(4.388)
Aquisição de intangível		-	-	(129)	(823)
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos		-	-	5.000	7.950
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	442
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(4.272)	(1)	(42.140)	5.101
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos tomados de terceiros		200	-	106.988	34.427
Empréstimos tomados de partes relacionadas		982.428	65.756	1.101.415	4.380
Captação de debêntures, líquida de custos		40.000	-	79.921	-
Empréstimos pagos a terceiros		-	-	(114.535)	(76.314)
Empréstimos pagos a partes relacionadas		(881.277)	(104.994)	(1.145.420)	(48.293)
Juros pagos		-	-	(19.266)	(23.157)
Debêntures pagas		-	-	(20.913)	(35.318)
Integralização de capital		983	46.711	4.483	53.232
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		142.334	7.473	(7.327)	(91.043)
Efeito líquido de incorporação e variação de participação		-	-	(46.987)	-
Efeito de variação cambial no caixa		-	-	282	41.584
Redução no caixa e equivalentes de caixa		-	(457)	(19.334)	(3.583)
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício	4	-	457	63.945	67.528
No final do exercício	4	-	-	44.611	63.945
Redução no caixa e equivalentes de caixa		-	(457)	(19.334)	(3.583)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações sobre o Grupo

A METHA S.A. (atual denominação da OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) ("METHA" ou "Companhia"), é uma Companhia domiciliada no Brasil, cuja sede está localizada na Rua Pais Leme, 524, bairro Pinheiros, conjunto 123 parte 1, São Paulo/SP. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo METHA" ou "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"), conforme descritas na Nota 1.3.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários, bem como a realização de investimentos e/ou participações em projetos de infraestrutura, inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta por meio de controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Em 11 de janeiro de 2021, conforme descrito na Nota 20, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para METHA S.A.

1.1. Recuperação judicial

Em 31 de março de 2015, a Companhia, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito, e (iii) antecipação de vencimentos da maior parte de seu endividamento; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1030812-77.2015.8.26.0100, em conjunto com suas controladas, Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) ("Construtora COESA"), OAS Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial, OAS Imóveis S.A. - Em Recuperação Judicial, MEGHA Infraestrutura S.A. (atual denominação da OAS Infraestrutura S.A. - Em Recuperação Judicial, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso S.A. - Em Recuperação Judicial, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited, OAS Finance Ltd. e CERTHA Investimentos S.A (atual denominação da OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial) ("CERTHA Investimentos") (em conjunto doravante denominadas "Companhias em recuperação"), nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial" ou "LFR").

A Companhia e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação.

Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA, decisão essa transitada em julgado em 20 de setembro de 2021.

1.2. Reestruturação societária do Grupo METHA ("M&A")

Em 31 de março de 2021, com o objetivo de readequar a estrutura societária e organizacional e implementar uma reorganização societária no Grupo METHA, a Companhia alienou as ações da Construtora COESA para a sua então subsidiária integral COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) ("COESA Engenharia").

Em 20 de abril de 2021, a Companhia realizou aumento de capital na sua então controlada direta COESA Engenharia, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada, composto pelos seguintes bens e diretos:

i) Investimento nas controladas COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.) ("COESA Construção), EPP Energia Elétrica, Promoção e Participações Ltda., COESA Internacional S.A. (atual denominação da OAS Internacional S.A.), Solace Empreendimentos Imobiliários S.A., Empresa Peruana de Águas S.A., Construtora OAS Angola Ltda., OAS Investments Limited (BVI) e OAS Restructuring Limited (Cayman).

ii) Créditos e débitos de conta corrente *intercompany*.

Em 14 de maio de 2021, a Companhia alienou sua participação na COESA Engenharia ao ZEGAMA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP ZEGAMA").

Em 14 de maio de 2021, a Companhia alienou sua participação no Fundo de Investimentos em Participações OAS Empreendimentos ("FIP OASE") ao FIP ZEGAMA. Contudo, tendo em vista decisão proferida pelo Tribunal Arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, atendendo pedido realizado pela Fundação dos Economiários Federais ("FUNCEF") em razão de discordâncias relativas à possibilidade de exercício do direito de preferência, foi proferida decisão liminar suspendendo a alienação das cotas, motivo pelo qual o investimento foi classificado como ativo não circulante disponível para venda, conforme descrito na Nota 09.

A implementação da compra e venda de ações da COESA Engenharia e do FIP OASE ao FIP ZEGAMA não gerou entrada de nenhum recurso financeiro no caixa, assim como a Companhia não detém nenhum direito futuro em relação aos ativos vendidos. Como consequência, o passivo consolidado do Grupo METHA foi reduzido significativamente, cabendo ao comprador a gestão dos riscos e passivos assumidos.

A reestruturação que iniciou com o encerramento da Recuperação Judicial OAS, visa focar suas atividades em novos planos de negócios, principalmente em projetos na área de saneamento, energia sustentável e construção civil pesada para clientes privados.

1.3. Situação financeira atual

Capital circulante negativo e passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante negativo na controladora e no consolidado, nos montantes de R$ 195.194 (R$ 739.247 em 31 de dezembro de 2020) e R$ 125.464 (R$ 3.452.836 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente e passivo a descoberto no montante de R$1.960.268 (R$6.495.738 em 31 de dezembro de 2021).

1.4. Continuidade operacional

Apesar da melhora significativa da condição financeira em relação ao exercício anterior e, portanto, antes do M&A, a situação financeira da Companhia ainda é desfavorável. A Administração avalia que a melhora da economia em geral aliada aos planos de negócios da Companhia e de seus ativos, tendem a gerar benefícios econômicos futuros.

A Companhia continuará envidando esforços e foco para o crescimento dos negócios de Engenharia, operações de Arenas, Saneamento e Tecnologia, através das suas unidades de negócios constituídas.

Coronavírus (COVID-19)

A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como as operações da Companhia.

A administração da Companhia, tomou as seguintes atitudes quanto aos impactos advindos da pandemia COVID-19: orientações aos colaboradores sobre ações de prevenção e exposição aos riscos, adoção de regime de trabalho remoto em atividades administrativas, suspensão de viagens corporativas e de reuniões presenciais, intensificação dos protocolos de limpeza dos escritórios e canteiros de obras, utilização de EPI's, além de atender rigorosamente a todas as medidas de acordo com as Autoridades Governamentais e Ministério da Saúde.

1.5. Entidades do Grupo

a) Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:

Empresas	Participação no capital social			
	2021		2020	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Construção:				
Coesa Engenharia Ltda. - Em Recuperação Judicial (atual denominação da Coesa Engenharia Ltda.) ("Coesa")	-	-	-	100,00%
Concessionária Vial Vale Central.	-	-	-	100,00%
Construtora OAS Angola Ltda. ("Angola")	-	-	99,90%	0,10%
Construtora OAS GE S.A. ("Construtora OAS - GE")	-	-	-	60,00%
Construtora OAS Ghana Ltd ("Construtora OAS - Ghana")	-	-	-	70,00%
Construtora OAS Guinee S.A. ("Construtora OAS - Guiné")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS Moçambique Ltda. ("Construtora OAS - Moçambique")	-	-	-	100,00%
Construtora COESA S.A.- Em Recuperação Judicial (atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial ("Construtora COESA")	-	-	99,99%	-
Construtora OAS S.A. - Sucursal Angola ("Construtora OAS - Angola")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Argentina ("Construtora OAS - Argentina")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Bolívia ("Construtora OAS - Bolívia")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Chile ("Construtora OAS - Chile")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Colômbia ("Construtora OAS - Colômbia")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Costa Rica ("Construtora OAS - Costa Rica")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Equador ("Construtora OAS - Equador")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Guatemala ("Construtora OAS - Guatemala")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Haiti ("Construtora OAS - Haiti")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Honduras ("Construtora OAS - Honduras")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Panamá ("Construtora OAS - Panamá")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Peru ("Construtora OAS - Peru")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal República Dominicana ("Construtora OAS - RD")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Trinidad & Tobago ("Construtora OAS - T&T")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Uruguai ("Construtora OAS - Uruguai")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Venezuela ("Construtora OAS - Venezuela")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS South Africa Ltd. ("Construtora OAS - South Africa")	-	-	-	100,00%
Construtora OAS LLC - Qatar ("Construtora OAS Qatar")	-	-	-	49,00%
Edificações Itaigara S.A. ("Edificações Itaigara")	-	-	-	50,10%
COESA Construção e Montagens S.A.- Em Recuperação Judicial (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.) ("COESA Construção")	-	-	100,00%	-
KPE Performance em Engenharia S.A. ("KPE")	73,44%	-	7,86%	-
DESBRAVA Equipamentos LTDA.	-	100,00%	-	-
OAS Nacala Ltda. ("OAS Nacala")	-	-	-	100,00%
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda. ("Rodoanel")	-	-	-	42,86%
Defesa e Tecnologia:				
Invicta Defesa S.A. (atual denominação da OAS Defesa S.A.) ("Invicta Defesa")	99,99%	-	99,99%	0,01%
Incorporação imobiliária:				
Fundo de Investimento em Participações OAS Empreendimentos ("FIP OASE")*	-	78,95%	-	78,95%
OAS Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("OAS Empreendimentos" ou "OASE")*	-	78,95%	-	78,95%
Logística:				
COESA Logística e Comércio Exterior S.A. (atual denominação da OAS Logística e Comércio Exterior S.A.)	-	-	-	100,00%
Infraestrutura:				
Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Arena das Dunas")	-	100,00%	-	100,00%
Arena Porto - Alegrense S.A. ("Arena Porto Alegrense") *	-	100,00%	-	100,00%
BR Terminais e Logística S.A. ("BR Terminais")	-	-	100,00%	-
Empresa Peruana de Águas - EPASA ("EPASA")	-	-	75,00%	25,00%
EPP - Energia Elétrica, Promoções e Participações Ltda. ("EPP Energia")	-	-	99,99%	0,01%
E2 Arenas S.A. (atual denominação da OAS Arenas S.A.) ("E2 Arenas")	-	100,00%	-	100,00%
LESS Click Systems LTDA.	100,00%	-	-	100,00%
Arenas Gestão de Instalações Esportivas LTDA.	100,00%	-	100,00%	-
COESA Partipações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) ("COESA Engenharia")	-	-	100,00%	-
MEGHA Infraestrutura S.A. (atual denominação da OAS Infraestrutura S.A. - Em Recuperação Judicial ("MEGHA Infraestrutura")	-	100,00%	-	100,00%
BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A.(atual denominação da OAS Soluções Ambientais S.A. ("BEYOND")	-	100,00%	-	100,00%
Soluções Ambientais de Guarulhos S.A. ("Sagua")*	-	100,00%	-	100,00%
Outras investidas:				
OAS African Investments Limited ("OAS African")	-	-	-	100,00%
OAS Central American Investing ("OAS Central American")	-	-	-	100,00%
Gandines S.A. ("Gandines")	-	-	-	100,00%
OAS Energia e Mineração S.A. ("OAS Energia")	-	-	100,00%	-
OAS Energy GmbH ("OAS Energy")	-	-	-	100,00%
OAS Finance Ltd.("OAS Finance")	-	-	-	100,00%
COESA Internacional S.A. (atual denominação da OAS Internacional S.A.) ("COESA Internacional")	-	-	100,00%	-
OAS International Engineering GmbH ("OAS Engineering")	-	-	-	100,00%
CERTHA Investimentos S.A. (atual denominação da OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("CERTHA Investimentos")	100,00%	-	100,00%	-
FLAMMA PET e Gás S.A. (atual denominação da OAS Petróleo e Gás S.A.)	100,00%	-	100,00%	-
OAS Investments GmbH ("OAS Investments GmbH")	100,00%	-	100,00%	-
OAS Restructuring (BVI) Ltd	100,00%	-	100,00%	-
OAS Investments Limited ("OAS Investments Limited")	-	-	100,00%	-
OAS Restructuring (Cayman) Ltd	-	-	100,00%	-
OGI Assets Ltd. ("OGI Assets")	-	-	-	100,00%

b) Empresas controladas em conjunto e coligadas

As participações nas investidas listadas abaixo foram contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Participação no capital social			
	2021		2020	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Construção:				
Ecovap - Engenharia e Construções Vale do Paraíba Ltda. ("Ecovap")	-	-	-	22,00%
Consórcio Puente Chacao S.A.	-	-	-	49,00%
Hidroelectrica Chihuidos	-	-	-	1,00%
OAS Emirates LLC ("OAS Emirates")	-	-	-	48,00%
SPE Ponte Estaiada OAS Marquise Ltda. ("Ponte Estaiada")	-	-	-	50,00%
Infraestrutura:				
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.	-	-	-	22,00%
Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas")	-	12,20%	-	12,20%
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrô Rio")	-	-	-	24,44%
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART S.A. ("CART")	-	-	-	24,44%
Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN")	-	-	-	12,22%
Concessionária BR-040 S.A. ("BR-040")	-	-	-	24,44%
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A ("GRU")	-	-	-	11,22%
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	-	-	-	22,36%
Concessionária Porto Novo S.A. ("Porto Novo")	-	37,50%	-	37,50%
Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT")	-	-	-	6,09%
Concessionária Rota Atlântico S.A. ("CRA")	-	-	-	12,22%
Concessionária Viario S.A. ("Via Rio")	-	-	-	8,15%
Concessionário do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca")	-	-	-	6,08%
Consórcio Hospital de Rancagua S.A. ("Hospital Rancágua")	-	-	-	33,33%
Comandatuba Drilling B.V. *	-	13,57%	-	13,57%
EEP Overseas Ltd.	-	17,50%	-	17,50%
Empresa de Generación Eléctrica Egasur Amazonas Sur S.A.C ("Egasur")	-	51,00%	-	51,00%
Enseada Indústria Naval Participações S.A. ("Enseada Participações")	-	3,55%	-	5,25%
Enseada Indústria Naval S.A.	-	2,49%	-	3,68%
Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Fonte Nova")	-	50,00%	-	50,00%
Inambari Geração de Energia S.A.	-	51,00%	-	51,00%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar ("Invepar") *	-	-	-	24,44%
Itapema Drilling B.V. *	-	13,57%	-	13,57%
Línea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA")	-	-	-	24,44%
Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC")	-	-	-	24,44%
Linha Amarela S.A. ("LAMSA")	-	-	-	24,44%
Metro Barra S.A.	-	-	-	24,44%
OAS Óleo e Gás S.A. ("Óleo e Gás") *	-	61,00%	-	61,00%
Oil & Gas GmbH ("Oil & Gas")	-	61,00%	-	61,00%
Pex S.A.	-	-	-	24,44%
Seaworthy Investments Gmbh ("Seaworthy")	-	54,29%	-	54,29%
Incorporação imobiliária:				
Solace Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Solace")	-	-	37,50%	-
Karagounis Participações S.A. ("Karagounis")	-	20,00%	-	20,00%

*Empresas classificadas como "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 9).

As demonstrações contábeis consolidadas que compreendem a Companhia e suas controladas, foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as sociedades objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as sociedades consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas; e (iv) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as sociedades consolidadas.

1.6. Outras informações sobre o Grupo

As reestruturações societárias mencionadas, estão em linha com os interesses comuns do Grupo METHA, e objetivam a redução e simplificação de estruturas societárias e patrimoniais de companhias pertencentes ao mesmo grupo econômico, visando facilitar a captação de recursos junto ao mercado, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos das sociedades envolvidas, por meio da racionalização e sinergia de recursos operacionais e administrativos.

Pretende ainda contribuir para o desenvolvimento da atividade empresarial, tornando o Grupo METHA mais competitivo nas participações de licitações e contratos em geral.

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pelos administradores em 04 de maio de 2022.

As demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e compreendem:

- As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os saldos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). A conversão dessas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Na eventual venda de uma controlada no exterior o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido dessa controlada é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos monetários das companhias situadas no Brasil, denominados em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado do exercício nas rubricas de “receitas financeiras” e “despesas financeiras” e seus itens não monetários, mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações.

2.3. Políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo:

1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto.

2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto.

3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

1. A instituição não tiver expectativa razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele.

2. A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

1. A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda”) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contratos de Concessão

A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A concessionária reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia e suas controladas sejam pagas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Nas controladas que atuam com incorporação imobiliária, os estoques incluem os imóveis em construção pelo custo incorrido durante a fase de construção dos empreendimentos, unidades concluídas e terrenos. Os saldos em aberto nas datas de encerramento dos exercícios não excedem os respectivos valores líquidos de realização.

A aquisição de terrenos pode ocorrer através de operações, nas quais, em troca dos terrenos adquiridos, compromete-se a:

i) entregar unidades imobiliárias de empreendimentos em construção; ou

ii) entregar o percentual da parcela de contas a receber provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos.

Na existência de permutas de unidades imobiliárias que não tenham a mesma natureza e valor, esta é considerada uma transação com substância comercial e, portanto, gera ganho ou perda. As permutas são contabilizadas pelo valor justo, como um componente de estoque de terrenos a comercializar, em contrapartida a obrigações por compra de imóveis no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou do contrato relacionado à referida transação.

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos e, que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definido compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

g) Investimentos e base de consolidação

g.1) Investimentos em empresas controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

g.2) Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver.

Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelos CPC's aplicáveis).

g.3) Investimentos em coligadas e *joint ventures*

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("*joint venture"*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com o CPC 31. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou *joint venture*. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* ultrapassa a participação da Companhia nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou *joint venture*), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia incorreu em legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou *joint venture*.

g.4) Consórcios

A controlada KPE Engenharia também participa de consórcios em diversos empreendimentos, e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação.

h) Custo de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Estes custos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

i) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação.

O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

j) Tributação

j.1) Impostos de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

j.2) Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

k) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

As provisões para garantia, são os custos esperados com a manutenção de imóveis que são reconhecidas ao resultado no mesmo critério de apropriação da receita de incorporação imobiliária, a partir da data da venda das respectivas unidades imobiliárias, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação.

l) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

m) Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

São registrados pelo custo de aquisição, que considera o deságio no valor de face esperado de realização dos direitos creditórios.

n) Provisões

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

p) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

r) Reconhecimento da receita

A Companhia adota o CPC 47. A norma estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação para determinados tipos de operações decorrente dos contratos com clientes. O CPC 47 apresenta uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada.

De acordo com a norma, a receita deve ser mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo que apresenta cinco etapas:

1) identificação do contrato;
2) identificação das obrigações de desempenho;
3) determinação do preço da transação;
4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
5) reconhecimento da receita.

r.1) Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

r.2) Vendas oriundas da atividade de incorporação imobiliária

As receitas e os custos das vendas de imóveis obedecem aos procedimentos e normas estabelecidas pelas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, 12 de dezembro de 2018, que estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação para determinados tipos de operações decorrente dos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída.

As receitas e os custos das vendas de imóveis obedecem aos procedimentos e normas estabelecidas pela OCPC 04 e são registrados da seguinte forma:

- Vendas de imóveis concluídos - as receitas de vendas e os custos incorridos são apropriados no resultado no momento da assinatura do título translativo (instrumento público ou particular de compra e venda), independentemente do recebimento do valor contratado.
- Vendas de imóveis em construção - as receitas de vendas são apropriadas no resultado, como segue:

(i) as receitas de vendas são apropriadas ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos;

(ii) as receitas de vendas apuradas conforme o item (i), incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos; e

(iii) os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de vendas de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do número de unidades vendidas em relação ao total de unidades dos respectivos empreendimentos.

r.3) Receitas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos e privados objetos das concessões pelos usuários.

r.4) Receitas oriundas de contratos de serviços de concessão público-privada

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receitas sobre contratos de construção. As receitas de operação ou serviços são reconhecidas no exercício em que esses serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

s) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do exercício. A Administração utiliza como base de cálculo dessa provisão o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

t) Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores

A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente.

u) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

v) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda ainda retenha participação na empresa.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a alienação de um investimento, ou de uma parcela de um investimento, em uma coligada ou *joint venture*, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda quando atendidos os critérios descritos anteriormente, e a Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela de um investimento em uma coligada ou *joint venture* que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial no momento da alienação quando a alienação resulta na perda de influência significativa da Companhia sobre a coligada ou *joint venture*.

Após a alienação, o Grupo contabiliza qualquer participação detida na coligada ou *joint venture* de acordo com o CPC 48, a menos que a participação detida continue sendo uma coligada ou *joint venture*, caso em que a Companhia usa o método de equivalência patrimonial.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.4. Novas normas, interpretações ainda não efetivas

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante:

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 – efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;

Alteração da norma IFRS 3 – referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;

Alteração da norma IFRS 17 – contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis;

Alteração da norma IFRS 4 – extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis;

Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com os CPCs, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

b.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos

O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício.

b.2) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b.4) Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado.

O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Quando os fluxos de caixa futuros são inferiores ao esperado, pode ocorrer uma perda material por redução ao valor recuperável.

3. Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Durante o exercício de 2021, a Companhia identificou ajustes relacionados a Construtora COESA, e controladas OAS Restructuring e CERTHA Investimentos que não foram refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Os impactos foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício anterior.

Os quadros a seguir resumem os impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia originalmente apresentados no exercício findo em 2020:

a) Balanço patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado
	2020	Ajuste	2020	2020	Ajuste	2020
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	63.945	-	63.945
Estoques	358	-	358	28.197	-	28.197
Impostos a recuperar	15.889	-	15.889	34.808	(1.344)	33.464
Despesas antecipadas	18	-	18	5.141	-	5.141
Outros ativos	2.148	-	2.148	40.427	(7.463)	32.964
Demais ativos	9.233	-	9.233	-	(1.116)	286.437
Total do ativo circulante	27.646	-	27.646	460.071	(9.923)	450.148
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	-	-
	27.646	-	27.646	460.071	(9.923)	450.148
Ativo não circulante						
Partes relacionadas	897.998	-	897.998	319.885	-	319.885
Outros ativos	1.201	-	1.201	30.674	-	30.674
Investimentos	7.800.256	-	7.800.256	203.223	-	203.223
Imobilizado	4.808	-	4.808	66.831	(1)	66.830
Intangível	-	-	-	7.145	-	7.145
Demais ativos	111.254	-	111.254	397.253	-	399.973
Total do ativo não circulante	8.815.517	-	8.815.517	1.065.243	2.719	1.067.962
Total do ativo	8.843.163	-	8.843.163	1.525.314	(7.204)	1.518.110

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado
	2020	Ajuste	2020	2020	Ajuste	2020
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	58.439	840	59.279	1.112.090	(7.406)	1.104.684
Empréstimos e financiamentos	13.442	-	13.442	803.325	20.141	823.466
Salários, provisões e contribuições sociais	1.283	1	1.284	111.746	349	112.095
Retenções contratuais	296	-	296	37.509	(4.177)	33.332
Demais passivos	692.592	-	692.592	1.825.750	3.657	1.829.407
Total do passivo circulante	766.052	841	766.893	3.890.420	12.564	3.902.984
Passivo não circulante						
Fornecedores	23.937	-	23.937	152.740	689	153.429
Partes relacionadas	5.928.031	-	5.928.031	418.426	(16.280)	402.146
Provisão para perdas em investimentos	5.934.160	(3.532)	5.930.628	65.499	17.406	82.905
Outros passivos	1.847.303	(1)	1.847.302	2.936.246	(29.642)	2.906.604
Total do passivo não circulante	14.575.541	(3.533)	14.572.008	4.506.517	(26.480)	4.480.037
Passivo a descoberto						
Capital social	546.711	-	546.711	546.711	-	546.711
Reservas de reavaliação	11.347	-	11.347	11.347	-	11.347
Outros resultados abrangentes	(2.623.196)	-	(2.623.196)	(2.623.196)	-	(2.623.196)
Outras reservas	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(4.433.292)	2.692	(4.430.600)	(4.433.292)	2.692	(4.430.600)
Total do passivo a descoberto dos controladores	(6.498.430)	2.692	(6.495.738)	(6.498.430)	2.692	(6.495.738)
Participação dos não controladores	-	-	-	(373.193)	4.020	(369.173)
Total do passivo a descoberto	(6.498.430)	2.692	(6.495.738)	(6.871.623)	6.712	(6.864.911)
Total do passivo e passivo a descoberto	8.843.163	-	8.843.163	1.525.314	(7.204)	1.518.110

b) Demonstrações do resultado do exercício

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado
	2020	Ajuste	2020	2020	Ajuste	2020
Resultado bruto	947	-	947	152.853	(789)	152.064
Despesas gerais e administrativas	(8.759)	(840)	(9.599)	(174.853)	(4.452)	(179.305)
Outras despesas, líquidas	(18.871)	77.770	58.899	(541.008)	(32.378)	(573.386)
Receitas (despesas) operacionais	(27.630)	76.930	49.300	(715.861)	(36.830)	(752.691)
Prejuízo antes da equivalência, receitas/despesas financeiras e impostos	(26.683)	76.930	50.247	(563.008)	(37.619)	(600.627)
Resultado de equivalência patrimonial	(336.386)	-	(336.386)	22.308	-	22.308
Provisão para perda em investimentos	74.238	(74.238)	-	(13.044)	13.044	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(288.831)	2.692	(286.139)	(553.744)	(24.575)	(578.319)
Resultado financeiro	(255.694)	-	(255.694)	(117.174)	31.808	(85.366)
Lucro antes dos impostos	(544.525)	2.692	(541.833)	(670.918)	7.233	(663.685)
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	-	-	-	(13.484)	(6)	(13.490)
Diferidos	6.566	-	6.566	67.529	(518)	67.011
Prejuízo do exercício	(537.959)	2.692	(535.267)	(616.873)	6.709	(610.164)
Prejuízo do exercício atribuível aos:						
Controladores	(537.959)	2.692	(535.267)	(537.959)	2.692	(535.267)
Não controladores	-	-	-	(78.914)	-	(74.897)
Total	(537.959)	2.692	(535.267)	(616.873)	2.692	(610.164)

c) Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado
	2020	Efeito	2020	2020	Efeito	2020
Lucro do exercício	(537.959)	2.692	(535.267)	(616.873)	6.709	(610.164)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:						
Ganhos (perdas) cambiais de conversão de operações financeiras no exterior	(1.268.221)	1.958.823	690.602	(1.268.221)	1.958.823	690.602
Ajustes de avaliação patrimonial nas investidas	690.602	(1.958.823)	(1.268.221)	658.005	(1.958.808)	(1.300.803)
Total do resultado abrangente do exercício	1.574.849	2.692	(1.112.886)	1.463.338	6.724	(1.220.365)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:						
Controladores				1.574.849	(2.687.735)	(1.112.886)
Não controladores				(111.511)	4.032	(107.479)
				1.463.338	(2.683.703)	(1.220.365)

d) Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado		Reapresentado	Apresentado		Reapresentado
	2020	Efeito	2020	2020	Efeito	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	(544.525)	2.692	(541.833)	(670.918)	7.233	(663.685)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos com caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:						
Resultado de equivalência patrimonial	336.386	-	336.386	(22.308)	-	(22.308)
Provisão para perda em investimentos	(74.238)	74.238	-	13.044	(13.044)	-
Ganho/Perda na variação de percentual de participação	-	-	-	-	-	-
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas e ajuste a valor	179.800	-	179.800	253	13.241	13.494
Provisão (reversão) da perda estimada com créditos de liquidação	-	-	-	40.883	5	40.888
Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*")	-	-	-	230.656	(1.224)	229.432
Provisão para perda de ativos	-	-	-	-	127.720	127.720
Outros	-	(77.770)	(77.770)	(48.816)	79.240	30.424
Demais ajustes para reconciliar o resultado	115.774	-	115.774	343.731	(210.804)	132.927
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
Outros ativos	585	-	585	(4.291)	1.201	(3.090)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Fornecedores	1.999	840	2.839	61.776	557	62.333
Salários, provisões e contribuições sociais	(334)	-	(334)	(1.407)	-	(1.407)
Outros passivos	(8.170)	-	(8.170)	50.820	(4.171)	46.649
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(7.929)	-	(7.929)	40.785	(10)	40.775
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(1)	-	(1)	5.101	-	5.101
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	7.473	-	7.473	(91.043)	-	(91.043)
Efeito líquido de incorporação e variação de participação	-	-	-	-	-	-
Efeito de variação cambial no caixa	-	-	-	41.574	10	41.584
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(457)	-	(457)	(3.583)	-	(3.583)
Caixa e equivalentes de caixa:						
No início do exercício (a)	457	-	457	67.528	-	67.528
No final do exercício	-	-	-	63.945	-	63.945
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(457)	-	(457)	(3.583)	-	(3.583)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	-	-	8.464	36.890
Certificados de depósito bancário - CDB	-	-	36.147	26.815
Aplicações financeiras	-	-	-	206
Demais aplicações financeiras	-	-	-	34
Total	-	-	44.611	63.945

As aplicações financeiras são, basicamente, operações vinculadas e CDBs remunerados por taxas que variam entre 95,00% e 105,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2020 75,00% e 108,00% do CDI). Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prestação de serviços de construção				
Governos (a)	-	-	-	760.090
Privados	535	539	61.025	289.064
Recebíveis de venda de imóveis (b)	-	-	-	20.126
Recebíveis de contratos de concessão (c)	-	-	718.945	740.755
Partes relacionadas (Nota 7.2)	105.640	107.863	105.646	70.146
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (d)	(105.640)	-	(107.041)	(974.791)
(-) Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	-	-	(403.334)	(356.654)
Total	535	108.402	375.241	548.736
Circulante	56	219	216.020	272.653
Não circulante	479	108.183	159.221	276.083
Total	535	108.402	375.241	548.736

(a) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo consolidado de contas a receber de clientes no ativo não circulante, é proveniente de direitos a receber no exterior e no Brasil dos governos federal, estadual e municipal. Tais créditos se referem, substancialmente, a serviços prestados, medidos, aprovados e a faturas em aberto, para os quais estão sendo tomadas medidas administrativas e judiciais de cobrança. Considerando a reestruturação societária apresentada na Nota 1.2, não existe saldo a receber no consolidado de 31 de dezembro de 2021.

(b) Os valores relativos a contas a receber na venda de imóveis, oriundos das operações da OAS Empreendimentos, são garantidos pelos próprios imóveis negociados. De acordo com as cláusulas contratuais, estes recebíveis são atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), mais juros de 12% ao ano. Em 2021, os saldos com a OAS Empreendimentos foram classificados como mantido para venda (Nota 09).

(c) Referem-se, basicamente, aos recebíveis decorrentes de contrato de Parceria Público-Privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte, classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente pelos serviços de construção da Arena da Dunas, no valor de R$718.945 (31 de dezembro de 2020, R$ 740.755) (Nota 28 a)).

(d) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	-	-	(974.791)	(778.194)
Adições	(105.640)	-	(105.640)	(41.358)
Reversão de provisão	-	-	-	470
Variação cambial	-	-	-	(155.709)
Efeito da alienação de participação societária (Nota 1.2)	-	-	973.390	-
Saldo final	(105.640)	-	(107.041)	(974.791)

A seguir está apresentada a composição do contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aging list do contas a receber				
A vencer	-	-	779.439	793.395
Títulos vencidos até 30 dias	-	94	2	1.180
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	-	17	-	561
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	-	15	-	1.119
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	-	874
Títulos vencidos de 181 a 360 dias	56	93	56	8.803
Títulos vencidos há mais de 360 dias	106.119	108.183	106.119	1.074.249
Subtotal	106.175	108.402	885.616	1.880.181
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(105.640)	-	(107.041)	(974.791)
(-) Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	-	-	(403.334)	(356.654)
Total	535	108.402	375.241	548.736

5.1. Contratos de construção

	Consolidado	
	2021	2020
Custos incorridos e lucros reconhecidos (líquido dos valores faturados)	58.506	79.113
Quantia bruta devida pelo contratante	58.506	79.113
(-) Receita diferida de obra faturada	(11.195)	(316.419)
(-) Retenções contratuais	(994)	(33.332)
(-) Adiantamentos recebidos	(14.914)	(278.343)
Quantia bruta devida ao contratante	(27.103)	(628.094)
Saldo líquido contratos de construção em curso	31.403	(548.981)

As receitas brutas auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrentes dos contratos de construção, totalizaram R$ 189.410 (31 de dezembro de 2020: R$333.198), no consolidado conforme nota 23.

Os adiantamentos recebidos de clientes relacionados aos contratos de construção em andamento referem-se a valores recebidos em proporção maior aos serviços já executados.

6. Estoques

	Consolidado	
	2021	2020
Terrenos	-	99.226
Imóveis concluídos	-	256.482
Materiais de revenda e aplicação	6.470	68.838
Outros	5.430	30.064
Subotal	11.900	454.610
(-) Provisão para perda em estoques	-	(327.485)
Total	11.900	127.125
Circulante	11.900	28.197
Não circulante	-	98.928
Total	11.900	127.125

Em 31 de dezembro de 2020, os valores registrados nas rubricas de imóveis concluídos referem-se aos custos incorridos, inclusive terrenos, na construção de unidades imobiliárias não vendidas, da OAS Empreendimentos. Em 2021, os saldos da OAS Empreendimentos foram classificados como ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 09).

7. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com companhias do Grupo.

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

7.1. Saldos ativos e passivos

A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações conta corrente *intercompany* e compra e venda de ativos entre as entidades do Grupo.

Em 2021, a Companhia e determinadas controladas reorganizaram os saldos de conta corrente intercompany, através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital, de maneira a refletir, do ponto de vista jurídico, as eliminações contábeis dos saldos de conta corrente *intercompany* que já ocorriam do balanço consolidado da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
OAS Restructuring Cayman	-	4.052	-	-
BEYOND	21.437	-	-	-
COESA Construção	-	507	-	-
OAS Investments GMBH	-	1.046	-	-
OAS Empreendimentos (a)	-	363.637	-	-
COESA Engenharia	-	42	-	-
MEGHA Infraestrutura	111.340	-	-	-
E2 Arenas	664	5	-	-
Sagua	290.498	290.411	292.929	292.549
CERTHA Investimentos	60.936	-	-	-
Construtora Coesa - Sucursal Uruguai (b)	-	224.151	2.068	-
Outros	160	14.147	5.132	68.290
Subtotal	485.035	897.998	300.129	360.839
(-) Provisão para perda em créditos com partes relacionadas	-	-	-	(40.954)
Total	485.035	897.998	300.129	319.885
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	485.035	897.998	300.129	319.885
Total	485.035	897.998	300.129	319.885

(a) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo com a OAS Empreendimentos é referente a contratos de mútuo firmados em 2014 e créditos de conta corrente decorrentes de envio de recursos a partir de 2015. Os contratos de mútuo ficam subordinados ao pagamento integral dos créditos concursais tal como restruturados pelo Plano.

(b) No âmbito do Plano, a Companhia assumiu como devedor principal, dívidas originalmente detidas pela Sucursal Uruguai junto a instituições financeiras, no valor de R$ 224.151, para a qual havia concedido aval ou garantia antes da sua recuperação judicial. Tendo assumido e reestruturado tais créditos, a Companhia reconheceu em contrapartida saldo a receber contra essa sucursal, em razão do seu direito de regresso.

Conforme supramencionado, em 2021, a Companhia e determinadas controladas reorganizaram os saldos de conta corrente *intercompany*, através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital.

Os demais saldos referem-se a conta corrente entre as partes e, portanto, sem incidência de encargos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo				
CMP Participações Ltda.	200	983	200	983
CINQ S.A.	317	-	317	-
Construtora COESA - T & T (a)	-	3.768.254	-	-
Construtora COESA	-	241.572	-	-
EPP Energia	-	5.469	-	-
COESA Construção (b)	-	319.736	-	-
KPE	3.157	-	-	-
OAS Investments Limited (c)	-	1.677.191	-	-
Óleo e Gás (d)	78.890	-	78.890	78.890
RB Capital Realty XV Empreend. Imobiliários Ltda. (e)	-	-	-	126.347
OAS Energia	-	39.398	-	-
OAS Restructuring	623.719	16.344	-	-
BEYOND	-	16.433	-	-
CERTHA Investimentos	-	24.751	-	-
Arena das Dunas	23.518	23.518	-	-
Sagua	-	-	286.983	286.983
FII FGTS CAIXA (f)	-	-	-	11.845
Outros	26.888	33.953	20.825	35.290
Total	756.689	6.167.602	387.215	540.338
Circulante	-	239.571	-	138.192
Não circulante	756.689	5.928.031	387.215	402.146
Total	756.689	6.167.602	387.215	540.338

(a) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo com a Construtora OAS - T&T é referente, substancialmente, à internação dos recursos captados na reabertura dos *senior notes* em outubro de 2013 e ao novo *senior notes* de julho de 2014, nos montantes de R$ 825.113 e R$ 885.360 a valores da época, respectivamente (Nota 13.4).

(b) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo com a Coesa Construção é referente a conta corrente entre as partes sem a incidência de encargos financeiros decorrente da cisão parcial ocorrida na Construtora COESA em 2014.

(c) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo com a OAS Investments Limited é devido ao resgate antecipado da 7ª emissão de debêntures emitida pela Companhia, decorrente de vencimento antecipado e conforme cláusulas contratuais.

(d) Refere-se ao compromisso assumido em realizar aportes na investida Óleo e Gás (Nota 10.3 (a)), sem incidência de encargos.

(e) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devido à RB Capital Realty XV Empreendimentos Imobiliários Ltda. é decorrente da OAS Empreendimentos e está sujeito a encargos financeiros de acordo com as condições pactuadas entre as partes. Em 2021, os saldos com a OAS Empreendimentos foram classificados como ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 09).

(f) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é referente a multa devida pela OAS Empreendimentos ao sócio FII em virtude do atraso do lançamento de projeto imobiliário na controlada Karagounis, previsto no Acordo de Investimentos. Em 2021, os saldos com a OAS Empreendimentos foram classificados como ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 09).

Conforme supramencionado, em 2021, a Companhia e determinadas controladas reorganizaram os saldos de conta corrente *intercompany*, através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital.

Os demais saldos referem-se a conta corrente entre as partes e, portanto, sem incidência de encargos financeiros.

Saldos com partes relacionadas sujeitos à Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 17 de dezembro de 2015 (Nota 1.1), contém disposição expressa que determina que todos os créditos com partes relacionadas cujo fato gerador seja anterior à data do pedido da recuperação judicial fiquem subordinados ao pagamento integral dos créditos concursais tal como reestruturados pelo Plano. Deste modo, os referidos passivos com partes relacionadas somente poderão ser pagos após o primeiro mês subsequente à quitação dos créditos concursais, ou seja, após o prazo estimado de 25 anos.

7.2. Transações comerciais (Nota 5)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Contas a receber - Clientes*				
Construtora COESA - Guiné Equatorial	36.236	38.077	36.236	-
Construtora COESA - Peru	30.391	30.724	30.391	-
Enseada Indústria Naval Participações S.A	-	-	-	21.331
OAS Nacala	22.721	22.721	22.721	-
Linea Amarilla - LAMSAC	-	-	-	893
Concessionária Porto Novo	-	-	-	37.730
Concessionária Rota Atlântico	-	-	-	10.188
Outros	16.292	16.341	16.298	4
Subtotal	105.640	107.863	105.646	70.146
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(105.640)	-	(105.640)	(35.374)
Total	-	107.863	6	34.772
Circulante	-	-	6	897
Não circulante	-	107.863	-	33.875
Total	-	107.863	6	34.772

* Refere-se à prestação de serviços de construção

Nas rubricas de “contas a receber de clientes” estão apresentados os saldos das transações comerciais realizadas com as partes relacionadas da Companhia. Nas entidades com sede no Brasil, as receitas e os recebíveis estão relacionados, substancialmente, à prestação de serviços de construção. Nas entidades localizadas no exterior, esses saldos são majoritariamente relativos aos *royalties*.

7.3. Remuneração da Administração

A remuneração da Administração, que contempla a diretoria da Companhia e de suas controladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração do pessoal-chave da Administração (Nota 24)	10.401	1.403	13.835	6.048

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IR e CSLL retidos na fonte (a)	17.546	14.496	20.176	19.913
PIS e COFINS a recuperar (b)	-	-	1.950	4.306
PIS e COFINS diferidos (c)	-	-	791	1.274
IVA (d)	-	-	-	6.316
Outros	-	1.393	452	4.404
Total	17.546	15.889	23.369	36.213
Circulante	17.546	15.889	21.419	33.464
Não circulante	-	-	1.950	2.749
Total	17.546	15.889	23.369	36.213

a) Refere-se a saldos de IR e CSLL oriundos de impostos retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras e recebimentos de faturas.
b) O PIS e a COFINS a recuperar são relativos a créditos oriundos principalmente da aquisição de insumos e na contratação de serviços de pessoas jurídicas.

c) Os valores de PIS e COFINS diferidos referem-se, substancialmente, aos impostos incidentes sobre a receita de construção da Arena Porto Alegrense e da Arena das Dunas.

d) O montante registrado em 2020 refere-se a saldo de imposto sobre valor agregado oriundo de operações de controladas no exterior, principalmente sobre as controladas indiretas Sucursal Peru e OAS Energy GmbH. Considerando a reestruturação societária apresentada na Nota 1.2, não existe saldo a receber no consolidado de 31 de dezembro de 2021.

9. Ativos não circulantes mantidos para venda

	Consolidado	
	2021	2020
Investimentos:		
Sagua	18.232	18.232
OAS Óleo e Gás (a)	114.580	114.580
Arena Porto Alegrense (b)	480.994	480.994
FIP OASE (c)	-	-
Subtotal	613.806	613.806
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(613.806)	(613.806)
Total	-	-

Em consonância com processo de reestruturação do Grupo, descritos na Nota 1.2, o Grupo METHA pretende alienar suas participações societárias em empresas do segmento de Investimentos em Infraestrutura e não integrantes do seu novo plano de negócios.

A Administração está comprometida com a venda da maioria desses ativos, e considera altamente provável alienar suas participações societárias em empresas do segmento de Investimentos em Infraestrutura.

No contexto da recuperação judicial, a eficácia de qualquer contrato relacionado à venda de determinados ativos estará sujeita a condições suspensivas, nos termos previstos na Lei, a fim de proteger os interesses das empresas recuperandas, dos credores e demais interessados.

Investimentos

(a) Em 31 de agosto de 2015 o investimento na OAS Óleo e Gás foi classificado como mantido para venda, com base nos respectivos saldos apurados até aquela data (Nota 10.3).

(b) Em 31 de outubro de 2015, o investimento detido na Arena Porto-Alegrense foi classificado como mantido para venda, com base nos respectivos saldos apurados até aquela data. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta SPE Gestão, reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável do ativo mantido para venda da Arena Porto-Alegrense no valor de R$ 480.994.

(c) Conforme Nota 1.2, em 14 de maio de 2021, o investimento no FIP OASE foi alienado ao FIP ZEGAMA. Até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, considerando a decisão liminar suspendendo a alienação das cotas, o investimento encontra-se classificado como ativo não circulante disponível para venda. O FIP OASE possui passivo a descoberto e o investimento estava provisionado para perda. Considerando que não haverá entrada de caixa decorrente da venda da participação no FIP OASE, o valor do ativo é zero.

A seguir, são apresentadas as principais classes de ativos e passivos relativos aos investimentos que compõem os ativos não circulantes mantidos para venda no fim do exercício de 2021.

	FIP OASE	Sagua	OAS Óleo e Gás	Arena Porto Alegrense
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.634	-	4.007	288
Aplicações financeiras	265	-	-	63
Contas a receber	2.755	36.719	-	10.858
Outros	29.740	787	107	5.958
Total do ativo circulante	34.394	37.506	4.114	17.167
Ativo não circulante				
Intangível	-	1	-	162.662
Outros	198.059	76	62	242.645
Total do ativo não circulante	198.059	77	62	405.307
Total do ativo	232.453	37.583	4.176	422.474
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	123.578	-	-	350.261
Outros	554.920	3.686	1.525	4.735
Total do passivo circulante	678.498	3.686	1.525	354.996
Passivo não circulante				
Outros	569.253	16.918	417	41.877
Total do passivo não circulante	569.253	16.918	417	41.877
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Capital social	515.800	23.870	95.284	661.377
Outros	(1.531.098)	(6.891)	(93.050)	(635.776)
Total do patrimônio liquido (passivo a descoberto)	(1.015.298)	16.979	2.234	25.601
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	232.453	37.583	4.176	422.474
Participação total da Companhia nos ativos	78,95%	100,00%	61,00%	100,00%

10. Investimentos

Informações sobre as principais controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Ativo total		Passivo total		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultado do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controladas								
Invicta Defesa	1.664.042	11.392	2.978.156	13.753	(1.314.114)	(2.361)	845.543	-
OAS Energia	625.800	39.422	1.189.313	39.462	(563.513)	(40)	24.892	(27)
CERTHA Investimentos	3.651.349	1.946.071	2.690.468	2.659.989	960.881	(713.918)	(2.472.817)	(275.960)
OAS Investments GmbH	-	118	253	4.753	(253)	(4.635)	4.546	1.154.639
FLAMMA PET e Gás S.A.	6.333	40	4.928	54	1.405	(14)	(82)	(1)
Controladas em conjunto								
Fonte Nova	821.641	985.396	398.747	648.589	422.894	336.807	98.939	71.027
Porto Novo	1.258.348	1.174.722	1.553.489	1.325.252	(295.141)	(150.530)	(144.611)	(46.414)

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (controladora)

	Saldos em 31/12/20		Movimentação do exercício						Saldos em 31/12/21	
	Investimentos	Provisão para perda	Adição	Equivalência patrimonial	Provisão / reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Baixas	Outros	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil										
Construtora COESA (a)	-	(5.106.603)	-	-	(25.652)	(377.895)	5.510.150	-	-	-
CERTHA Investimentos (b)	-	(259.813)	-	617.425	231.410	(125.641)	28.402	-	491.783	-
COESA Construção (a)	267.001	-	-	(1.010)	-	278	(266.269)	-	-	-
COESA Engenharia. (a)	-	(36)	1.439.481	-	(5.446.547)	191.205	3.815.897	-	-	-
KPE (c)	4.499	-	43.416	(6.707)	-	-	-	1.492	42.700	-
KPE (ágio) - Nota 12 (c)	-	-	102.933	-	-	-	-	-	102.933	-
Less Click	-	-	1.471	(82)	-	-	-	16	1.405	-
Outros investimentos	11.717	(51)	-	(6)	(5)	-	(3.572)	-	8.100	(17)
Subtotal	283.217	(5.366.503)	1.587.301	609.620	(5.240.794)	(312.053)	9.084.608	1.508	646.921	(17)
Participações no Exterior										
OAS Investments GmbH	-	(4.401)	-	-	4.546	(145)	-	-	-	-
OAS Investments Limited (a)	7.507.483	-	-	-	-	481.795	(7.989.278)	-	-	-
EPASA (a)	9.556	-	-	-	-	511	(10.067)	-	-	-
OAS Cayman (a)	-	(46.621)	-	-	-	-	46.621	-	-	-
Construtora OAS Angola (a)	-	(50.945)	-	-	-	(3.270)	54.215	-	-	-
OAS Restructuring Cayman GmbH (a)	-	(13.052)	-	-	-	(3.830)	16.882	-	-	-
OAS Restructuring (BVI)	-	(449.106)	-	-	20.346	(109.986)	-	-	-	(538.746)
Subtotal	7.517.039	(564.125)	-	-	24.892	365.075	(7.881.627)	-	-	(538.746)
Total	7.800.256	(5.930.628)	1.587.301	609.620	(5.215.902)	53.022	1.202.981	1.508	646.921	(538.763)

(a) Conforme Nota 1.2, no processo de reestruturação societária do Grupo METHA, os investimentos em determinadas controladas foram aportados ou alienados a COESA Engenharia. Em 14 de maio de 2021, Companhia alienou sua participação na COESA Engenharia ao FIP ZEGAMA. Essa alienação não gerou entrada de nenhum recurso financeiro no caixa e como consequência, o passivo consolidado do Grupo METHA foi reduzido significativamente.

(b) O saldo de 31 de dezembro de 2020 contempla lucro não realizado de R$ 28.402 decorrente da OAS Empreendimentos. Em 2021, conforme mencionado na Nota 09, o saldo investimento foi contabilizado como ativo não circulante disponível para venda e o lucro foi realizado.

(c) Em 16 de abril de 2021, a Companhia adquiriu o controle da participação na KPE, a valor de mercado, com base em laudo emitido por empresa especializada, pelo montante de R$ 146.248. Tal obrigação foi adimplida mediante a dação em pagamento de ações da COESA Construção e cessão de créditos de conta corrente *intercompany*.

	Saldos em 31/12/19		Movimentação do exercício						Saldos em 31/12/20	
	Investimentos	Provisão para perda	Adição	Equivalência patrimonial	Provisão / reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Baixas	Outros	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil	294.092	(4.041.502)	4.599	(12.937)	(514.562)	(812.976)	-	-	283.217	(5.366.503)
Participações no Exterior	6.158.678	(978.225)	-	(323.449)	592.332	1.503.578	-	-	7.517.039	(564.125)
Total	6.452.770	(5.019.727)	4.599	(336.386)	77.770	690.602	-	-	7.800.256	(5.930.628)

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (consolidado)

	Saldos em 31/12/20		Movimentação do exercício							Saldos em 31/12/21	
	Investimentos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Provisão / reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Baixas	Ganho na variação de participação	Outros	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil											
Enseada Indústria Naval Part.	-	(14.858)	10.046	-	14.855	-	-	-	-	10.043	-
Fonte Nova	176.563	-	49.469	(9.889)	-	-	-	-	-	216.143	-
Manhattan Square Emp Imob Res 01 (a)	-	(7.341)	(948)	-	-	-	8.289	-	-	-	-
Karagounis (a)	23.680	-	1.967	-	-	-	(25.647)	-	-	-	-
Porto Novo	-	(56.449)	-	-	(54.229)	-	-	-	-	-	(110.678)
Outros (a)	2.980	(4.257)	(1.097)	-	-	-	2.374	-	-	-	-
Total	203.223	(82.905)	59.437	(9.889)	(39.374)	-	(14.984)	-	-	226.186	(110.678)

(a) Referente a investidas do FIP OASE. Conforme mencionado na Nota 09, o investimento foi no FIP foi contabilizado como ativo não circulante disponível para venda.

	Saldos em 31/12/19		Movimentação do exercício							Saldos em 31/12/20	
	Investimentos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Provisão / Reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Baixas	Ganho na variação de participação	Outros	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil	187.223	(50.571)	22.308	-	(30.424)	3.841	(8.218)	-	-	203.223	(82.905)
Participações no Exterior (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	187.223	(50.571)	22.308	-	(30.424)	3.841	(8.218)	-	-	203.223	(82.905)

Efeitos contábeis decorrentes do M&A:

Segue abaixo o quadro resumo com os efeitos contábeis das baixas dos investimentos decorrentes do M&A:

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Provisão para perda em investimentos	(5.215.902)	(39.374)
Ganho na alienação de investimentos (i)	9.326.047	10.174.782
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	-	(5.510.150)
Realização de reserva de reavaliação (Nota 20)	8.400	8.400
Realização de ajuste acumulado de conversão	(2.690.427)	(2.690.427)
Efeito líquido de resultado	1.428.118	1.943.231

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Ganho na alienação de investimentos (i)	9.326.047	-
Baixa de investimentos por aporte de capital	1.202.981	(14.984)
Total de baixas em investimentos	10.529.028	(14.984)

(i) Como resultado na operação mencionada no item a) acima, o ganho apresentado é decorrente das baixas dos investimentos das empresas COESA Engenharia e Construtora COESA.

10.1 KPE Engenharia

A KPE Engenharia foi constituída em 18 de agosto de 2020 e tem por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e pesada, inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras, entre outros, e já possui atestados que comprovam sua capacidade técnica e operacional para a execução das mais complexas obras e projetos necessários na construção civil pesada para a execução de obras como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, mobilidade urbana, metrôs, saneamento, gasodutos, energia (hidrelétricas, barragens etc.) petróleo e gás, indústrias petroquímicas, mineração, papel e celulose e edificações, com a possiblidade de transformar e desenvolver as regiões por onde atua.

Em 5 de maio de 2021, foi constituída a Desbrava Equipamentos Ltda. (“Desbrava”), controlada integral da KPE, com o objetivo de locação de bens móveis, equipamentos e aluguel de outras máquinas voltadas para construção civil pesada.

10.2 FIP OAS Empreendimentos

Conforme Notas 1.2 e 09, em 2021, o investimento no FIP OAS Empreendimentos foi classificado como ativo não circulante disponível para venda.

10.3 Óleo e Gás

Em 6 de julho de 2015, a subsidiária indireta Seaworthy alienou a totalidade das ações que detinha em três navios-sonda à Sete International One GmbH (“Sete International One”), acionista controladora das SPEs, conforme detalhado no item “b”.

Em 29 de abril de 2016, o Grupo Sete ingressou com o pedido de recuperação judicial perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ. O pedido foi feito em nome de diversas empresas, dentre as quais figuraram (i) Sete International One GmbH (devedor da Seaworthy, em função da venda das ações das SPEs Cassino, Curumim e Salinas), e (ii) Sete International Two GmbH (sócia da Seaworthy nas SPEs Itapema e Comandatuba). A Seaworthy consta no plano como Sócia B nas SPEs Itapema e Comandatuba (item 1.1.95), nas quais a Sete detém 75% do capital. No plano, consta que a Sete detém 100% do capital social das SPEs Cassino, Curumim e Salinas.

Dentre outras disposições previstas no plano de recuperação da Sete Brasil, existe a previsão de celebração de distratos de todos os contratos celebrados entre as partes e quitação mútua das dívidas, na forma e nas condições estipuladas no plano.

(a) Carta fiança Óleo e Gás

A CERTHA possuía um valor de R$ 78.890 de notas promissórias pro soluto a pagar para a OAS Óleo e Gás. Tais notas promissórias deveriam ser resgatadas por dinheiro à medida em que a OAS Óleo e Gás necessitasse de capital para fazer frente a seus investimentos, na forma estipulada em Acordo de Investimentos.

Essas notas promissórias foram garantidas por carta de fiança à primeira solicitação (*on first demand*) emitida pelo Banco Safra S.A. ("Banco Safra"), válida até 14 de janeiro de 2015, sendo obrigação da OAS Investimentos apresentar nova carta de fiança antes de 30 dias do vencimento da fiança anterior, o que não foi feito e ocasionou o vencimento antecipado destas notas promissórias. Diante do inadimplemento da Companhia, a OAS Óleo e Gás executou extrajudicialmente a carta de fiança do Banco Safra no dia 30 de dezembro de 2014.

Em 6 de janeiro de 2015, o Banco Safra propôs medida cautelar, com pedido de liminar, em face da OAS Óleo e Gás e da OAS Investimentos, solicitando a suspenção temporária da exigibilidade da carta de fiança, até o julgamento final da ação ordinária a ser proposta. A justiça, então, concedeu a liminar neste sentido, mas requereu o depósito judicial pelo Banco Safra de caução no valor da fiança bancária, o que foi feito. A OAS Óleo e Gás se insurgiu contra a decisão liminar e atualmente tenta revertê-la no Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Em 23 de abril de 2015, o Banco Safra propôs ação ordinária, em que, em linhas gerais, pede a exoneração de qualquer obrigação decorrente do contrato de fiança ou, subsidiariamente, a resolução da fiança por onerosidade excessiva. A CERTHA Investimentos e a OAS Óleo e Gás apresentaram suas contestações, mas ainda não houve decisão judicial nesta ação, em que o mérito da demanda será decidido.

Em 02 de maio de 2017, a juíza da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital proferiu sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelo Banca Safra na ação ordinária e na ação cautelar. O Banco Safra tentou reverter tal decisão na 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro mediante recurso de apelação.

Paralelamente, o Banco Safra apresentou, perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, requerimento autônomo de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, buscando a suspensão dos efeitos da sentença proferida pela juíza da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital. Em 31 de outubro 2017, a 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça confirmou a decisão monocrática proferida pelo Desembargador Relator, que deferiu o efeito suspensivo postulado, para novamente suspender a exigibilidade da carta de fiança. O deferimento da atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, que novamente suspendeu a exigibilidade da carta de fiança, fez com que a Companhia alterasse a sua expectativa com relação ao prazo para a sua cobrança, o que resultou no provisionamento do valor de R$ 78.890 no exercício de 2017.

Após inúmeras conversas e negociação, o Banco Safra apresentou proposta de pagamento do valor de face da Carta Fiança, mediante a desistência dos recursos apresentados até então. O acordo foi aprovado pela OAS Óleo e Gás em AGE realizada em 24 de maio de 2021 e as partes celebraram Instrumento Particular de Transação em 15 de julho de 2021, conforme aditado. O referido acordo foi homologado e a decisão foi publicada em 29 de setembro de 2021 (PET no REsp nº 1927899 – RJ(2021/0070524-6)). Todas as partes cumpriram com o que restou acordado, colocando fim ao litígio e culminando com o recebimento dos recursos em dezembro de 2021.

(b) Alienação de investidas

Em 06 de julho de 2015, a controlada indireta Seaworthy celebrou três "Escrituras de Transferência de Ações" com a Sete International, alienando a totalidade das ações de emissão de Cassino, Salinas e Curumim, então detidas por elas. Dada a divergência entre as partes quanto à inclusão, no cálculo do preço da opção, dos juros alegadamente devidos à Seaworthy, em razão de aquisição das referidas ações realizada em setembro de 2012, o preço da opção ficou dividido em (i) parte incontroversa e (ii) parte controversa. Os valores incontroversos da venda montam US$ 27.647, equivalentes a aproximadamente R$ 86.897, os quais serão corrigidos pela taxa de juros de 8,15% a.a. da data da venda até a sua liquidação financeira, conforme abaixo demonstrado, tendo com vencimento o dia 31 de agosto de 2015:

SPE	Valor de venda em US$	Valor de venda aproximado em R$ (*)
Cassino	15.185	47.728
Salinas	6.146	19.317
Curumim	6.316	19.852
	27.647	86.897

(*) Taxa de câmbio de R$ 3,1431, em 06 de julho de 2015.

Até 31 de dezembro de 2015, a Sete International One não havia liquidado as suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda. Os valores referentes a parcela incontroversa foram impugnados pela Seaworthy para que fossem retificados no montante de USD 29.487, já atualizados conforme correção mencionada acima. O pedido foi acolhido e publicado no 2º edital de credores. Este é o crédito (em valores históricos) listado na recuperação do grupo Sete, a qual ainda não teve seu plano aprovado pelos credores. A Administração da Seaworthy vem adotando medidas administrativas para o recebimento dos valores das vendas, assim como avalia a adoção de alternativas jurídicas para a satisfação do crédito.

Em razão das circunstâncias comentadas acima, a Seaworthy realizou o provisionamento de todo o saldo a receber, que em 31 de dezembro de 2015 correspondia a R$ 94.866.

(c) Recuperabilidade dos investimentos nas SPEs

Considerando a situação financeira delicada da Sete Brasil e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme amplamente divulgado pela mídia e após a entrada do pedido de recuperação judicial das empresas do grupo Sete, com o passar dos anos, o pouco que foi construído ficou obsoleto e inoperante. Assim, a Administração da OAS Óleo e Gás entende que, no cenário atual, não há perspectiva de retomada de nenhuma atividade relativa aos Projetos Sonda e Conversões.

Desta forma, a Administração da OAS Óleo e Gás decidiu reconhecer uma perda por desvalorização em montante correspondente à totalidade dos investimentos detidos nas SPEs Itapema e Comandatuba, no montante de R$ 16.884, bem como pela totalidade dos recebíveis emergentes dos contratos de compra e venda das SPEs Cassino, Curumim e Salinas, conforme mencionado no item. A OAS Óleo e Gás continuará a monitorar a situação, envidando seus melhores esforços no sentido de encontrar alternativas para a rentabilização dos investimentos feitos.

10.3 Arena Porto Alegrense

Considerando o redimensionamento das atividades, o Grupo METHA mantém sua intenção de desmobilizar parcialmente suas atividades de exploração e gestão de arenas multiuso, transferindo definitivamente a gestão da Arena Porto Alegrense ao Grêmio. Até o momento não há nenhuma formalização quanto a esta desmobilização. Pelo exposto, efetuou-se registro de perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") do ativo não circulante mantido para venda da Arena Porto Alegrense.

10.4 Enseada Indústria Naval

Em 31 de dezembro de 2016, a Enseada apresentou capital circulante negativo (consolidado), cujo desequilíbrio no capital de giro foi causado pelos inadimplementos financeiros por parte das empresas controladas da Sete Brasil no âmbito dos contratos de EPC. A queda do preço do petróleo (final de 2014) e o ambiente gerado pela operação lava jato, fizeram com que a Petrobras se desinteressasse pelos contratos do Projeto Sete, fazendo com que a construção das sondas fosse integralmente interrompida, o que impactou diretamente no cronograma de pagamento dos fornecedores, uma vez que não obteve aprovação de inúmeras medições pelos serviços prestados.

Em 31 de dezembro de 2016, a Enseada possuía montante considerável de contas a receber vencido junto ao seu cliente Sete Brasil, classificados no ativo não circulante. Tendo em vista o pedido de recuperação judicial do grupo Sete Brasil, a Enseada avalia que poderá ter perdas em relação aos citados créditos. No entanto, como o plano de reestruturação da Sete Brasil permanece em discussão e ainda não foi aprovado pelos credores, não há condições de prever seus impactos no resultado da investida.

Ao longo do ano de 2015, apesar da inadimplência unilateral do seu cliente, a Enseada manteve a construção de duas Sondas que se encontravam em estágio mais avançado como tentativa de manutenção de algum recebível, apresentando as respectivas medições de serviços realizados, as quais foram majoritariamente glosadas pelo cliente. Diante da falta de aprovação formal, a investida deixou de registrar tais medições que são estimadas em aproximadamente R$ 1,0 bilhão e informou que está tomando providências legais para fazer valer seus direitos sobre esse montante ainda não reconhecido em suas demonstrações contábeis.

A Enseada possui em seu plano de negócios a construção de 6 navios sondas ("Projeto Sondas") e conversão de 4 navios petroleiros (Very Large Crude Carries, VLCCs) em plataformas de perfuração para a Petrobrás ("Projeto Conversões"), derivados de 2 contratos que foram licitados entre os anos de 2011 e 2012.

Em 04 de outubro de 2019, o Grupo Enseada ingressou com o pedido de Recuperação Judicial, distribuído na 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 0*248791-47.2019.8.19.0001, alegando que a primeira tentativa de superar sua instabilidade financeira através do Plano de Recuperação Extrajudicial não foi suficiente para garantir o planejado soerguimento financeiro. O deferimento do processamento da Recuperação Judicial ocorreu em 9 de outubro de 2019.

Em Assembleia Geral de Credores realizada no dia 14 de setembro de 2021, o Plano de Recuperação Judicial foi submetido à apreciação dos credores tendo sido homologado com ressalva, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas recuperandas e votado pelos credores.

O destino desta investida dependerá das condições que deverão ser aprovadas no âmbito da Recuperação Judicial do grupo Sete, das negociações com a Petrobrás e da sua Recuperação Judicial.

10.6 Subsidiárias com participações significativas de não controladores

A seguir estão apresentadas as informações das subsidiárias com participações significativas de não controladores:

	Participação dos não controladores		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultado do período	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Construtora COESA - GE (a)	-	40,00%	-	(120.687)	-	10.175
Construtora COESA - Ghana (a)	-	30,00%	-	10.263	-	(7.856)
Construtora COESA Qatar (a)	-	51,00%	-	4.626	-	-
FIP OASE (b)	21,05%	21,05%	-	(194.659)	(937)	(44.038)
OASE (b)	20,00%	20,00%	-	(57.376)	(918)	(32.212)
Edificações Itaigara (a)	-	49,90%	-	(1.533)	(32)	(448)
KPE	26,56%	0,00%	15.442	6.334	(714)	(185)
Outros (a)			-	(16.141)	(1.595)	(333)
			15.442	(369.173)	(4.196)	(74.897)

(a) Conforme Notas 1.2 e 1.3, no processo de reestruturação societária os investimentos na Construtora OAS e na Edificações Itaigara deixaram de fazer parte do Grupo METHA. Os efeitos no resultado do exercício foram apurados até 30 de abril de 2021.

(b) Conforme Nota 9, os investimentos registrados na OASE e no FIP OASE passaram a ser registrados como ativo não circulante disponível para venda. Os efeitos no resultado do exercício foram apurados até 30 de abril de 2021.

11. Imobilizado

					% a.a.
	2021			2020	Taxas médias de depreciação (% a.a.)
Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Terrenos	-	-	-	18.711	
Máquinas e equipamentos	40.832	(15.418)	25.414	48.537	10
Equipamentos de informática	1.411	(1.052)	359	786	20
Móveis e utensílios	2.779	(2.189)	590	19.320	10
Veículos	18.998	(18.571)	427	1.340	20
Outros	2.253	(187)	2.066	12.315	
(-) Impairment	-	-	-	(34.179)	
Total	66.273	(37.417)	28.856	66.830	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado consolidado:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	66.830	87.073
Aquisições	31.393	10.085
Baixas, líquidas de depreciação	(5.036)	(225)
Variação cambial	-	12.875
Ativos classificados como mantidos para venda (Nota 9)	(95.055)	-
Depreciação	(3.455)	(8.799)
(-) Impairment	34.179	(34.179)
Saldo final	28.856	66.830

A Companhia e suas controladas não identificaram novos indicadores que reduziram o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

12. Intangível

	2021			2020
Consolidado	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Software	387	(242)	145	6.181
Ágio sobre aquisição de investimento (i)	102.933	-	102.933	-
Outros	-	-	-	964
Total	103.320	(242)	103.078	7.145

(i) Refere-se ao ágio apurado na aquisição do investimento na KPE, conforme Nota 10.

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível consolidado:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	7.145	8.993
Aquisições	129	823
Baixas, líquidas de amortização	-	(6)
Ágio sobre aquisição investimento (i)	102.933	-
Variação cambial	-	(820)
Efeito da alienação de participação societária (Nota 1.2)	(7.120)	-
Amortização	(9)	(1.845)
Saldo final	103.078	7.145

13. Outros ativos e passivos financeiros

13.1. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras vinculadas a debêntures (a)	-	-	40.000	1.100.110
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos (b)	-	-	12.672	13.380
Subtotal	-	-	52.672	1.113.490
(-) Debêntures (Nota 13.3) (a)	-	-	(40.000)	(1.099.845)
Total	-	-	12.672	13.645
Circulante	-	-	-	265
Não circulante	-	-	12.672	13.380
Total	-	-	12.672	13.645

(a) Em 31 de dezembro de 2020, a Sucursal Bolívia possui aplicação financeira em Debêntures emitidas pela Companhia no montante de R$ 1.099.845 (debêntures *intercompany* referentes *a* 8ª emissão, conforme Nota 13.3), saldo este apresentado líquido no consolidado. Em 01 de maio de 2021, a Companhia quitou integralmente tal a dívida *intercompany* mediante a dação em pagamento com créditos detidos junto a controladas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é referente a aplicação financeira da Controlada KPE.

(b) Refere-se à constituição de uma conta reserva à título de garantia a ser preenchida com saldo não inferior ao montante equivalente a soma das prestações de amortizações do principal e juros do contrato de empréstimo da controlada indireta Arena das Dunas junto ao BNDES, vencíveis nos 3 meses imediatamente subsequentes (Nota 13.2). A aplicação financeira é remunerada por uma taxa equivalente a aproximadamente 100% do CDI, com resgate restrito ao vencimento da dívida, que ocorrerá em 2026.

13.2. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Ano de vencimento	Controladora 2021	Controladora 2020
Empréstimos					
Capital de giro	R$	CDI + 2,30% a CDI + 3,00% e Libor + 2,00% e 1,00% e 13,00%	de 2025 à 2040	199	-
Seguro garantia / fiança bancária			de 2021 à 2040	225.563	225.115
Financiamentos					
Leasing financeiro	R$	Pré-fixado: de 3,50% a 8,00%	2021	961	961
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	R$	Pré-fixado: de 2,50% a 7,30% e TJLP + 7,00%	de 2021 a 2022	11.935	12.287
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME			2021	125	125
Demais financiamentos de ativo fixo			2021	69	69
Subtotal				238.852	238.557
(-) Ajuste a valor presente				(1.266)	(23.904)
Total				237.586	214.653
Circulante				88.289	13.442
Não circulante				149.297	201.211
Total				237.586	214.653

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Ano de vencimento	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Empréstimos					
Capital de giro	R$, USD e S/.	CDI+2,30% a CDI+5,92%, pré-fixado 1,75% a 10%, Libor + 2,00% e Libor 6M+1,43% e 1,00% e 13,00%	de 2021 à 2022	79.054	74.934
Conta garantida	R$	128% CDI a CDI+8,75% e 1,00% e 13,00%	de 2021 à 2022	-	8.465
Seguro garantia / fiança bancária			de 2021 à 2040	225.563	751.254
Financiamentos					
Leasing financeiro	R$, USD e S/.	CDI+2,18% a CDI+4,01 e pre-fixados 2,76% a 14,39%		961	3.901
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	R$	IGP-M + 4,82%	de 2021 à 2022	11.935	12.287
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	R$, USD e EUR	Pré-fixado: de 2,50% a 9,50%, TJLP + 7,00% a TJLP + 10,71% e 115% CDI		125	6.228
Financiamento de apoio à produção	R$ e USD	Pré-fixado 1,80% a 12,70%, 120% a 152% CDI a CDI+3,36% a 6,70% e TR+9,25% a TR+12,00%		-	168.851
Demais financiamentos de ativo fixo	R$	Pré-fixado: de 3,04% a 12,39% e TJLP + 3,44% a TJLP + 5,10%		138.650	187.264
Subtotal				456.288	1.213.184
(-) Ajuste a valor presente				(1.266)	(64.892)
Total				455.022	1.148.292
Circulante				184.935	823.466
Não circulante				270.087	324.826
Total				455.022	1.148.292

Abaixo os saldos sujeitos ao Plano (Nota 1.1), antes e após o respectivo ajuste a valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Créditos financeiros do Grupo 1	226.649	225.115	225.563	225.115
Créditos financeiros do Grupo 3	-	-	-	81.519
(-) Ajuste a valor presente	(1.266)	(23.904)	(42.254)	(64.892)
Subtotal	225.383	201.211	183.309	241.742
Demais créditos	12.203	13.442	271.713	906.550
Total	237.586	214.653	455.022	1.148.292
Circulante	88.289	13.442	184.935	823.466
Não circulante	149.297	201.211	270.087	324.826
Total	237.586	214.653	455.022	1.148.292

Os montantes do não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora	**Consolidado**
2023	44	17.573
2024	40	40
2025	40	40
2026	40	40
a partir de 2027	150.399	253.660
Subtotal	150.563	271.353
(-) Ajuste a valor presente	(1.266)	(1.266)
Total	149.297	270.087

Ajuste a valor presente – Créditos financeiros dos Grupos 1, 2 e 3

Os créditos financeiros sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que as empresas recuperandas registraram a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceram os novos passivos a valor presente, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Garantias

As controladas da Companhia possuem diversos empréstimos nos quais ativos reais fornecem garantia aos respectivos credores. A existência desses ativos visa à individualização do risco de crédito dos Projetos Estruturados ou SPEs, permitindo a alocação segregada de riscos assumidos pela Companhia em âmbito corporativo versus âmbito de projetos, conforme Nota 15. Dentre outros, esses ativos são basicamente representados por penhor de ações, cessão fiduciária de fluxo de recebíveis e alienação fiduciária de terrenos.

Em função do inadimplemento das parcelas vencidas em abril da dívida junto ao BNDES da controlada indireta Arena Porto Alegrense, os agentes repassadores da dívida executaram integralmente as garantias constantes na carta fiança. O Banco Bradesco, detentor da carta fiança, repassou aos bancos repassadores o valor total de R$ 23.500 dividido igualmente entre os três bancos repassadores, para a cobertura do serviço da dívida conforme demonstrado abaixo:

- amortização de multas e juros referente às parcelas em atraso no valor de R$ 543;
- amortização das parcelas de principal e juros vencidas até 30 de junho de 2015 no valor de R$ 11.178; e
- amortização antecipada do principal da dívida no valor de R$ 11.779.

O contrato de financiamento da controlada indireta Arena Porto Alegrense inclui como obrigação especial a manutenção do índice de cobertura da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,30 (avaliado anualmente). Em 31 de dezembro de 2016, a Arena Porto Alegrense não atendeu ao referido índice. Seu descumprimento não está inserido no rol de situações que acarretariam o vencimento antecipado automático da dívida, que, por sua vez, se deu em função do inadimplemento da parcela de 15 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2021, em decorrência da execução da garantia supramencionada, a controlada possui saldo em aberto junto ao banco Bradesco no montante de R$ 28.080, referente ao valor da fiança acrescido de juros e encargos. As condições e prazo para pagamento deste saldo estão inseridos no contexto das negociações com os credores.

13.3. Debêntures

	2021					
Empresas	**Principal**	**Encargos**	**Custos a amortizar**	**Ajuste a valor justo**	**Total**	**2020**
Controladora						
OAS	1.385.193	100.377	-	(848.735)	636.835	1.516.795
Circulante					-	405.145
Não circulante					636.835	1.111.650
Total					636.835	1.516.795
Controladas						
OAS Empreendimentos	-	-	-	-	-	87.158
BEYOND	11.300	3.942	-	-	15.242	-
KPE	3.000	45	-	-	3.045	-
CERTHA Investimentos	7.589	7.008	-	-	14.597	-
E2 Arenas	85.691	96.876	-	-	182.567	153.232
(-) Aplicações financeiras (Nota 13.1) (a)	-	-	-		(40.000)	(1.099.845)
Total consolidado	1.492.773	208.248	-	(848.735)	812.286	657.340
Circulante					17.642	87.158
Não circulante					794.644	570.182
Total					812.286	657.340

(a) Em 31 de dezembro de 2020, a Sucursal Bolívia possui aplicação financeira em Debêntures emitidas pela Companhia no montante de R$ 1.099.845 saldo este apresentado líquido no consolidado. O saldo foi quitado em 2021, conforme nota 13.1.

De acordo com o CPC 08(R1) – Custo de transações e prêmio na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos de transação a amortizar estão registrados como redutor do respectivo empréstimo.

O saldo da dívida consolidada com vencimento no longo prazo tem a seguinte composição:

	2023	2024	2025	2026	2027	após 2028	após 2029	Total
Controladora								
OAS	-	-	-	-	-	1.485.570	-	1.485.570
Controladas								
OAS Soluções Ambientais	15.242	-	-	-	-	-	-	15.242
OAS Arenas	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	157.567	-	182.567
Subtotal	20.242	5.000	5.000	5.000	5.000	1.643.137	-	1.683.379
(-) Custo da transação a amortizar	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Ajuste a valor justo	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(738.972)	(848.735)
(-) Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Total	1.948	(13.294)	(13.294)	(13.294)	(13.294)	1.624.843	(778.972)	794.644

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes debêntures em aberto:

Emissor	Emissão	Garantidor	Data de emissão	Data de vencimento original	Valor da emissão	Encargos financeiros	2021	2020
Controladora								
Metha	8ª Emissão (i)	Construtora OAS	11/07/13	21/07/24	694.700	9,47% a.a.	-	1.099.845
Metha	11ª Emissão (ii)	Construtora OAS	17/08/18	01/02/26	103.579	13% a.a. + % Dolar	222.676	185.013
Metha	12ª Emissão (ii)	Construtora OAS	17/08/18	01/02/26	1.198.461	13% a.a.	1.222.894	1.215.856
Metha	13ª Emissão (iii)	Metha	28/12/21	28/12/26	40.000	4% a.a. + IPCA	40.000	-
Subtotal Controladora							1.485.570	2.500.714
Ajuste a valor presente							(848.735)	(983.919)
Total Controladora							636.835	1.516.795
Circulante							-	405.145
Não circulante							636.835	1.111.650
							636.835	1.516.795
Controladas								
OAS Empreendimentos	1ª Emissão (iv)	Metha	03/11/09	03/11/16	300.000	TR + 10,5% a.a.	-	87.158
SPE Gestão/OAS Investime	1ª Emissão (v)	Metha	08/10/12	30/05/20	65.000	IPCA+10,30% a.a.	182.567	153.232
OAS Soluções Ambientais	3ª Emissão (vi)	Metha	31/07/21	30/06/24	11.300	CDI+1,30 a.m.	15.242	-
KPE	1ª Emissão (vii)	Metha	07/10/21	07/04/22	3.000	1% a.m. + IPCA	3.045	-
OAS Investimentos	1ª Emissão (vii)	Metha	15/12/21	15/09/22	14.215	2,5% a.m.	6.779	-
OAS Investimentos	2ª Emissão (viii)	Metha	15/12/21	15/09/22	11.406	2,5% a.m.	7.818	-
(-) Aplicações financeiras	(ix)						(40.000)	(1.099.845)
Total Consolidado							812.286	657.340
Circulante							17.642	87.158
Não circulante							794.644	570.182
							812.286	657.340

(i) Emissão com esforços restritos, amortização semestral e vencimento em 2024.

Em 01 de maio de 2021, a Companhia quitou integralmente a dívida *intercompany* referente a 8ª emissão de debêntures mediante a dação em pagamento com créditos detidos junto a controladas do Grupo, conforme Nota 13.1.

(ii) Emissão em serie única, referente as notas de Refinanciamento e Prioritárias do PRJ, nota 1.1.

(iii) Emissão privada com amortização semestral da remuneração a partir de dezembro de 2022.

(iv) Emissão com esforços restritos e amortização semestral em 5 anos, por meio de parcelas iguais e consecutivas, a partir do 36º mês posterior a emissão.

(v) Emissão privada com amortização em parcela única no vencimento.

(vi) Emissão privada com amortização em 17 parcelas anuais e consecutivas.

(vii) Emissão privada com amortização em 9 parcelas anuais e consecutivas.

(viii) Emissão privada com amortização mensal da remuneração a partir de dezembro de 2021 até o vencimento.

(ix) Em 2020, a eliminação é decorrente da aplicação financeira vinculada a 8ª emissão de debêntures conforme item (i) acima. Em 2021, a eliminação é decorrente da aplicação financeira registrada na KPE, conforme Nota 13.1.

As emissões com esforços restritos de colocação foram efetuadas conforme a Instrução nº CVM 476/09. Não houve emissão de debêntures conversíveis em ações.

Ajuste a valor presente - Créditos financeiros do Grupo 1

Com a aprovação do Plano, os créditos financeiros sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que as empresas recuperandas registraram a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceram os novos passivos a valor justo, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Cláusulas restritivas

Os instrumentos particulares de escritura de emissão de debêntures possuem cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e custos a incorrer. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais:

- Não renovação de autorizações e licenças;
- Transformação em empresa limitada;
- Não cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado;
- Redução do capital social que não para absorção de prejuízos;
- Transferência ou cessão de controle acionária; e
- Alterações na estrutura societária, tais como fusões, cisões e incorporações mediante disposição de ativos relevantes.

(a) SPE Gestão/ CERTHA Investimentos

Em decorrência do inadimplemento de algumas dívidas da garantidora METHA S.A., no dia 5 de janeiro de 2015, a Vinci representado por sua gestora, Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda., notificou a Companhia no dia 8 de janeiro de 2015 da declaração de vencimento antecipado referente às debêntures, no valor de R$ 97.236 (Em 31 de dezembro de 2016, R$ 114.516).

Este valor corresponde ao saldo devedor na data do vencimento antecipado (R$ 85.380) acrescido do fluxo da dívida a valor futuro pelo IPCA e trazido a valor presente pela NTN-B ("*breaking fund*") de R$ 11.856. O inadimplemento do valor de vencimento antecipado no prazo de 1 (um) dia útil implica nos encargos moratórios, que incluem multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de vencimento até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, os credores financeiros da SPE Gestão, diante da novação da integralidade dos seus Créditos, serão pagos conforme detalhado abaixo e, portanto, não sujeitos a vencimento antecipado.

(i) a E2 Arenas, assumiu integralmente a dívida da SPE Gestão, asseguradas as condições mínimas originalmente pactuadas, sem prejuízo das modificações definidas nos itens abaixo, ficando, dessa forma, a SPE Gestão e a CERTHA Investimentos integral e irrevogavelmente exoneradas de sua obrigação para com os credores financeiros;

(ii) a atualização monetária das parcelas se dará pela variação do IPCA, acrescida de juros de 10,3% ao ano, os quais serão capitalizados e pagos em parcela única devida em 31 de maio de 2022; e

(iii) haverá amortização extraordinária e compulsória de juros e principal (de forma consolidada e proporcional), na hipótese de recebimento pela E2 Arenas de dividendos da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. e da Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A.

Garantias e avais

A então controlada Construtora COESA figura como fiadora da operação, enquanto a CERTHA Investimentos presta garantia por meio de: a) 8.531.973 ações ordinárias e 17.063.946 ações preferenciais de sua titularidade e de emissão da Invepar ("Ações Empenhadas"); b) todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à OAS Infraestrutura, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das referidas Ações Empenhadas; e c) as ações derivadas das referidas Ações Empenhadas através de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações Empenhadas e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações Empenhadas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários).

13.4. *Senior e Perpetual Notes*

Senior Notes 2019

Em 19 de outubro de 2012, a OAS Investments GmbH, subsidiária integral da Companhia sediada na Áustria, emitiu US$ 500 milhões (equivalente a R$ 1.013.600, a valores da época) de *Senior Notes*, com juros pré-fixados de 8,25% a.a., não conversíveis, com pagamento de juros semestrais em 19 de abril e 19 de outubro de cada ano, e pagamento do principal no vencimento, em 19 de outubro de 2019 ("*Senior Notes*").

Em 17 de outubro de 2013, a OAS Investments GmbH realizou a reabertura do *Senior Notes* e emitiu US$ 375 milhões (equivalente a R$ 825.113, a valores da época) adicionais, sobre as mesmas condições dos *Senior Notes* ("*Retap*").

Os recursos líquidos captados com o *Senior Notes* foram destinados, aproximadamente 90% a 95% no refinanciamento de parcelas das dívidas de curto prazo com vencimento em 2012 e 2013, e no refinanciamento de parcelas das dívidas de longo prazo com vencimento no primeiro semestre de 2014. Os recursos líquidos captados com o *Retap* foram destinados para o refinanciamento de dívida de curto prazo com vencimento em 2014, e para o refinanciamento de dívidas de longo prazo com vencimentos em 2014 e 2015.

Antes de 19 de outubro de 2016, a OAS Investments GmbH poderia resgatar o *Senior Notes* por 100% do valor do saldo devedor, com juros acumulados, mais prêmio de *make-whole* a ser calculado nos termos da escritura. Depois de 19 de outubro de 2016, a OAS Investments GmbH poderá resgatar o *Senior Notes* pelo valor do saldo devedor, com juros acumulados.

O *Senior Notes* foi registrado para negociação na Irish Stock Exchange (Bolsa da Irlanda) e é regido pela legislação do Estado de Nova York (EUA). O *Senior Notes* somente pode ser negociado por investidores institucionais qualificados (QIBs), nos termos da *Regulation S* e da Regra 144A do *Security Act*.

Nos termos da escritura de emissão (*indenture*) do *Senior Notes* existem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

A cláusula restritiva financeira consiste na divisão da soma dos EBITDAs ajustados das entidades garantidoras, pelo resultado financeiro líquido somado destas entidades. O descumprimento desta cláusula não configura quebra das obrigações contratuais do *Senior Notes*, e tão somente limita a capacidade de endividamento líquido adicional, investimentos, e transações adicionais com partes relacionadas das entidades garantidoras da operação, não comprometendo as transações atualmente em vigor ou futuras não incrementais.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não cumpriu o índice de cobertura do serviço da dívida. Em virtude do não pagamento de dívidas e descumprimento de *covenants*, a Companhia vem apresentando o saldo dessa dívida no passivo circulante.

Os *Senior Notes* contam com garantia corporativa da Companhia, da Construtora COESA e da CERTHA Investimentos.

Perpetual Notes

Em 18 de abril de 2013, a OAS *Finance Limited*, a então subsidiária integral da Companhia sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, emitiu US$ 500 milhões (equivalente a R$ 1.007.300, a valores da época) de *Perpetual Senior Notes*, com juros pré-fixados de 8,875% conversíveis, com pagamento de juros trimestrais em 25 de abril, 25 de julho, 25 de outubro e 25 de janeiro de cada ano, e principal perpétuo ("*Perpetual Senior Notes*"). O primeiro pagamento de juros ocorreu em 25 de julho de 2013, e a cada período de 5 anos, contados da data de emissão, ocorrerá a reprecificação da nova taxa de juros para a emissão, por meio da aplicação do prêmio de 8,186% a.a. sobre o Yield do papel do Título do Tesouro dos EUA para o prazo de 5 anos, apurados em cada data de reprecificação.

Os recursos líquidos captados com o *Perpetual Senior Notes* foram destinados: (i) aproximadamente US$ 300 milhões no financiamento de investimento em capital em projetos de infraestrutura a serem realizados nos próximos anos, e (ii) o restante no refinanciamento de dívida de curto e longo prazo da OAS com a Caixa Econômica Federal, e no refinanciamento de dívida de curto e longo prazo da OAS Empreendimentos.

A partir de 25 de abril de 2018, a OAS *Finance Limited* poderia resgatar o *Perpetual Senior Notes* por 100% do valor saldo devedor, com juros acumulados, a ser calculado nos termos da escritura. O *Perpetual Senior Notes* foi registrado para negociação na *Irish Stock Exchange* (Bolsa da Irlanda) e é regido pela legislação do Estado de Nova York (EUA). O *Senior Notes* somente pode ser negociado por investidores institucionais qualificados (QIBs), nos termos da Regulation S e da Regra 144A do Security Act.

Nos termos da escritura de emissão (*indenture*) do *Perpetual Senior Notes* existem cláusulas restritivas não financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos e em virtude do não pagamento de dívidas e descumprimento de *covenants*, a Companhia vem apresentando o saldo dessa dívida no passivo circulante.

O *Perpetual Senior Notes* conta com garantia corporativa da Companhia, da Construtora COESA e da CERTHA Investimentos.

Senior Notes 2021

Em 2 de julho de 2014, a OAS *Finance Limited*, subsidiária integral da Companhia sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, emitiu US$ 400.000 (equivalente a R$ 885.360, a valores da época) de *Unsecured Senior Notes*, com juros pré-fixados de 8,00% a.a., não conversíveis, com pagamento de juros semestrais em 2 de janeiro e 2 de julho de cada ano, e principal com vencimento em 2 de julho de 2021 ("Senior Notes 2021").

Os recursos líquidos captados com o *Senior Notes* 2021 foram destinados (i) aproximadamente 90% a 95% no pagamento de endividamento com vencimentos a partir de 2015; e (ii) o restante para financiamento de fins gerais.

A OAS *Finance Limited* poderia resgatar o *Senior Notes* 2021: (i) a partir de 2 de julho de 2018 por 104% do valor saldo devedor, (ii) a partir de 2 de julho de 2019, por 102% do valor saldo devedor, com juros acumulados, a ser calculado nos termos da escritura; e (iii) a partir de 2 de julho de 2020, por 100% do valor saldo devedor, com juros acumulados, a ser calculado nos termos da escritura.

O *Senior Notes* 2021 foi registrado para negociação na *Irish Stock Exchange* (Bolsa da Irlanda) e é regido pela legislação do Estado de Nova York (EUA). O Senior Notes 2021 somente pode ser negociado por investidores institucionais qualificados (QIBs), nos termos da Regulation S e da Regra 144A do Security Act.

No dia 2 de janeiro de 2015, a OAS *Finance Limited* (emissora do Bond 2021) e as garantidoras METHA, Construtora COESA e CERTHA Investimentos não realizaram o pagamento de juros da dívida, totalizando aproximadamente US$ 16 milhões. O não pagamento dos juros no prazo de 30 dias, contados a partir de 2 de janeiro de 2015, configurou evento de inadimplência nos termos da escritura dos *Senior Notes* com vencimento em 2021.

A Companhia não cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. Em virtude do não pagamento da dívida e do descumprimento dos *covenants*, a Companhia vem apresentando o saldo dessa dívida no passivo circulante.

O *Senior Notes* 2021 conta com garantia corporativa da Companhia, da Construtora COESA e da CERTHA Investimentos.

Emissão *Senior Notes* (Grupo 2 – Plano de Recuperação Judicial)

Em 30 de abril de 2019, a OAS Restructuring BVI Limited, concluiu a emissão de duas *Senior Notes,* a primeira de USD 175.020 com vencimento em 2026 e taxa anual de 13% e a segunda emissão no valor de R$ 725.000 com vencimento em 2036 e taxa anual de 5%.

Movimentação contábil

	Consolidado		
	2026	**2036**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	37.037	35.275	72.312
Juros	12.323	32.413	44.736
Subtotal	49.360	67.688	117.048
Pagamento de juros	(481)	(1.040)	(1.521)
Variação cambial	(3.902)	10.438	6.536
Total	44.977	77.086	122.063
Circulante	-	-	-
Não circulante	44.977	77.086	122.063
Saldo em 31 de dezembro de 2020	44.977	77.086	122.063
Juros	9.390	2.232	11.622
Subtotal	54.367	79.318	133.685
Pagamento de juros	(174)	(53)	(227)
Variação cambial	49.416	(51.805)	(2.389)
Subtotal	103.609	27.460	131.069
Circulante	7.674	1.727	9.401
Não circulante	95.935	25.733	121.668
Saldo em 31 de dezembro de 2021	103.609	27.460	131.069

13.5. Valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021.

		Saldos em 31/12/21			
	Hierarquia de	**Controladora**		**Consolidado**	
	valor justo	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	44.611	44.611
Aplicações financeiras	2	-	-	12.672	12.672
Contas a receber de clientes	N/A	535	535	375.241	375.241
Outras ativos	N/A	4.560	4.560	5.804	5.804
Passivos financeiros					
Fornecedores	2	81.622	81.622	130.373	130.373
Empréstimos e financiamentos	2 e 3	237.586	237.586	455.022	455.022
Senior e perpetual notes	2 e 3	-	-	131.069	131.069
Debêntures	2 e 3	636.835	636.835	812.286	812.286
Outros passivos	N/A	31.009	31.009	56.914	56.914

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações se aproximam do seu valor de mercado.

- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face às perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, se aproxima de seu valor justo.

- Os valores justos dos passivos financeiros com cotação no mercado secundário são baseados nos preços na data das demonstrações contábeis. Se o mercado de um passivo financeiro não estiver listado, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares ou a análise de fluxos de caixa descontados.

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

14. Fornecedores

Parte do saldo a pagar a fornecedores está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo sido novados pelo Plano nas classes de credores (i) Créditos dos fornecedores da METHA/Construtora COESA, (ii) Créditos dos fornecedores da OASE e OAS Imóveis, (iii) Créditos ME/EPP da OAS e Construtora COESA, (iv) Créditos ME/EPP da OASE e OAS Imóveis (Nota 1.1), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos de fornecedores sujeitos ao Plano (Nota 1.1)	42.596	48.919	254.559	275.499
(-) Ajuste a valor presente	(5.735)	(7.468)	(15.407)	(28.632)
Subtotal	36.861	41.451	239.152	246.867
Demais créditos	44.761	41.765	(108.779)	1.011.246
Total	81.622	83.216	130.373	1.258.113
Circulante	55.952	59.279	104.703	1.104.684
Não circulante	25.670	23.937	25.670	153.429
Total	81.622	83.216	130.373	1.258.113

Ajuste a valor presente – Créditos de fornecedores da METHA / CONSTRUTORA COESA / OASE e OAS Imóveis

Os créditos dos fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que a Companhia e a Construtora COESA registraram a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceram os novos passivos a valor presente, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021, o referido ajuste a valor presente na Companhia e consolidado montam R$5.735 e R$15.407, respectivamente e foram reconhecidos em contrapartida ao resultado financeiro (Nota 26). No exercício de 2020, foram apropriados os montantes R$ 2.409 e R$ 13.900 na Controladora e Consolidado, respectivamente, na rubrica de despesa financeira (Nota 26).

15. Projetos estruturados

As dívidas de Projetos Estruturados do Grupo METHA caracterizam-se por financiamentos à Sociedades de Propósito Específico (SPEs), na modalidade “Projeto Estruturado”, os quais são concedidos, primordialmente, com base na capacidade de geração de caixa de determinada SPE. Tais financiamentos permitem a individualização do risco de crédito, uma vez que são estruturados sem direito de regresso contra os acionistas da SPE.

Essa estratégia de estruturação de financiamentos em SPEs, adotada pela Companhia, permite a alocação segregada de riscos assumidos pela Companhia no âmbito corporativo versus âmbito de projetos.

Quando são concedidas garantias da Companhia à SPE, essas operações são, majoritariamente, formalizadas por meio de contratos de suporte de aporte de capital contingente, com condições específicas de cobertura e limite de valores. É negociada também, junto aos financiadores, a liberação automática dessas obrigações à medida que o risco inerente à SPE diminua com o tempo e com o avanço do projeto, tendo como objetivo a liberação completa das garantias no momento em que a SPE se torna operacional.

Em 2021, a SPE controlada pela Companhia que se enquadra no conceito de Projeto Estruturado é a Arena das Dunas. Segue abaixo quadro com a representação desta dívida:

	2021
Empréstimos e financiamentos	
Arena das Dunas	35.321

		Projetos estruturados	
	Consolidado	Saldo	Participação %
Empréstimos e financiamentos	455.022	35.321	8%
Debêntures	812.286	-	0%
Dívida bruta	1.267.308	35.321	3%

16. Receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Consórcios	25	93	11.195	316.419
Total	25	93	11.195	316.419
Circulante	-	-	-	267
Não circulante	25	93	11.195	316.152
Total	25	93	11.195	316.419

A receita diferida refere-se ao faturamento antecipado de contratos de construção em curso, sendo liquidado mediante o progresso dos projetos, mensurado na proporção dos custos incorridos em relação aos custos orçados.

17. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.296.434	(541.833)	1.301.828	(663.685)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(440.788)	184.223	(442.622)	225.653
Ajuste no lucro líquido que afetam o resultado do exercício				
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	-	-	(21)	(22)
Equivalência patrimonial	(2.654)	(121.273)	(207.453)	(6.351)
Lucro no exterior	-	-	-	-
Reversão do efeito do prejuízo das investidas no exterior	-	-	1.746.186	(261.078)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	209.924	6.902	227.661	13.936
Reversão do efeito do lucro presumido das investidas	-	-	(91)	(725)
Reversão do efeito do lucro das investidas no exterior	-	-	8.463	445.409
Tributação das investidas optantes pelo lucro presumido	-	-	(47)	(47)
Tributação das investidas no exterior	-	-	-	(2)
(-) Imposto de renda e contribuição social não reconhecidos	1.075.627	(63.286)	(499.557)	(362.492)
Outros	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	842.109	6.566	832.519	53.521
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(15.256)	(13.490)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	842.109	6.566	847.775	67.011
Imposto de renda e contribuição social no resultado	842.109	6.566	832.519	53.521

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Provisão para perda em investimentos	183.173	1.116.440	183.173	1.683.764
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	479	479	479	123.410
Diferença entre regimes - lucro real/presumido	-	-	-	1.719
Prejuízo fiscal e base negativa	452.573	445.064	470.401	1.128.438
Outras provisões temporárias	43.448	69.534	44.069	278.496
Subtotal	679.673	1.631.517	698.122	3.215.827
(-) Provisão para não realizacão de IR/CS diferido	(665.730)	(1.561.503)	(678.042)	(2.904.086)
(-) Compensação com o passivo	(13.943)	(70.014)	(14.565)	(302.908)
Total	-	-	5.515	8.833
Passivos				
Lucro diferido de obras	-	-	-	51.245
Lucro diferido na alienação de investimento	-	-	622	28.925
Baixa de deságio	-	6.297	-	6.297
Ativos qualificáveis	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	358.141	-	370.221
Diferença entre regimes - lucro real / lucro presumido	-	-	-	1.156
Outras provisões temporárias	13.943	547.686	13.943	689.099
Subtotal	13.943	912.124	14.565	1.146.943
(-) Compensação com o ativo	(13.943)	(70.014)	(14.565)	(302.908)
Total	-	842.110	-	844.035

A Companhia e suas controladas, conservadoramente, constituíram provisão para não realização dos saldos de ativos fiscais diferidos no valor de R$ 665.730 e R$ 678.042 (Em 31 dezembro de 2020 R$ 1.5621.503 e R$2.904.086), individual e consolidado, respectivamente.

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, os ativos e passivos diferidos de mesma natureza são apresentados pelo seu valor líquido, considerando a apuração por entidade legal.

18. Obrigações por compra de imóveis e incorporações

Saldo decorrente da OAS Empreendimentos. Durante o exercício ocorreram as seguintes movimentações nestas obrigações:

	Consolidado		
	Imóveis	**Incorporações**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro 2019	142.586	68.139	210.725
Atualização monetária	39.192	5.124	44.316
(-) Pagamentos efetuados	(15)	(288)	(303)
Saldos em 31 de dezembro 2020	181.763	72.975	254.738
(-) Efeito do ativo disponível para venda (Nota 9)	(181.763)	(72.975)	(254.738)
Saldos em 31 de dezembro 2021	-	-	-
Passivo circulante	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	-	-	-

19. Acordo global - Órgãos públicos

Acordo de Leniência

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo METHA, investigado no âmbito da Operação Lava Jato.

Em função deste acordo, o Grupo assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R$ 1.929.257 (um bilhão, novecentos vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil), em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047.

O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas.

Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

Acordo CADE (Conselho de Administrativo de Defesa Econômica)

Até 31 de dezembro de 2021, a Construtora COESA celebrou, no total, cinco Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R$ 226.343 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic.

Considerando que as obrigações decorrentes do acordo de leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela METHA S.A., o saldo provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 677.976.

Durante o exercício ocorreram as seguintes movimentações nestas obrigações:

	Consolidado		
	Leniencia	**CADE**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro 2019	385.860	61.282	447.142
Amortização ajuste a valor presente	51.115	3.066	54.181
Pagamento principal	(2.000)	(831)	(2.831)
Pagamento juros	(56)	(78)	(134)
Provisão de juros	36.840	3.823	40.663
Total	471.759	67.262	539.021
Passivo circulante	2.066	12.821	14.887
Passivo não circulante	469.693	54.441	524.134
Saldos em 31 de dezembro 2020	471.759	67.262	539.021
Novos acordos firmados	-	46.001	46.001
Ajuste a valor presente	-	(34.818)	(34.818)
Amortização ajuste a valor presente	58.160	3.762	61.922
Pagamento principal	-	(6.856)	(6.856)
Pagamento juros	-	(696)	(696)
Provisão de juros	64.037	9.365	73.402
Total	593.956	84.020	677.976
Passivo circulante	4.371	14.393	18.764
Passivo não circulante	589.585	69.627	659.212
Saldos em 31 de dezembro 2021	593.956	84.020	677.976

20. Passivo a descoberto

Capital social

Em 13 de outubro de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital da Companhia, passando de R$ 500.000, já integralizados, para R$ 546.711, mediante emissão de 467.111.620.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R$ 1,00 (hum real), mediante capitalização de créditos com acionista CMP Participações.

Em 11 de janeiro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para METHA S.A. e o aumento de capital da Companhia, passando de R$ 546.711, já integralizados, para R$ 547.694, mediante emissão de 9.830.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R$ 1,00 (hum real) por lote de dez mil ações, mediante capitalização de créditos com acionista CMP Participações.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 447.441.620.000 (546.711.162 em 2020) de ações ordinárias totalizando R$ 547.694 (R$ 546.711 em 2020).

Reserva de reavaliação e custo atribuído próprios e de controladas

Representam a parcela não realizada da reavaliação e do custo atribuído de terrenos, líquida dos efeitos tributários.

Em 2021, considerando a alienação de determinadas controladas no contexto do M&A (Nota 1.2), suas respectivas reservas de reavaliação foram baixadas no montante de R$ 8.400, conforme Nota 10.

Outras resultados abrangentes

Compreende substancialmente as diferenças cambiais de conversão das operações de controladas no exterior, ganho na variação do percentual de participação em investimento e obrigações de benefícios pós-emprego.

Em 2021, considerando a reestruturação societária mencionada na Nota 1.2, os ajustes de conversão de investimentos e saldos com partes relacionadas de investidas no exterior foram realizados.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

21. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas possuem autos de infração e processos de natureza tributária, cível e trabalhista. Esses autos de infração e processos estão sendo contestados pelas companhias nas esferas administrativa e judicial.

A Administração, tanto da Companhia quanto de suas investidas, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas autuações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir:

Risco de perda provável:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Processos tributários	71.883	459.124
Processos cíveis	83.066	259.270
Processos trabalhistas	18.969	187.922
	173.918	906.316

Movimentação das provisões tributárias, cíveis e trabalhistas:

	Consolidado				
	2020	**Provisões**	**Pagamentos**	**Variação de participação**	**2021**
Processos tributários	459.124	7.037	-	(394.278)	71.883
Processos cíveis	259.270	51.364	-	(227.568)	83.066
Processos trabalhistas	187.922	-	-	(168.953)	18.969
	906.316	58.401	-	(790.799)	173.918

Em 31 de dezembro de 2020, os principais processos tributários, cíveis e trabalhistas estavam relacionados a empresas que fizeram parte do processo de reestruturação societária do Grupo METHA, conforme Nota 1.2.

Os principais processos de natureza trabalhista contêm reclamações de ex-funcionários de terceirizadas (responsabilidade subsidiária/solidária), reclamações de funcionários (jornadas, danos morais, danos materiais, acidentes de trabalhos, verbas trabalhistas), ações anulatórias e ações civis públicas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem processos cíveis classificados com risco de perda provável, cujos valores foram considerados inestimáveis pelos assessores jurídicos devido a fase processual em que se encontram.

Risco de perda possível:

A Companhia possui processos administrativos e judiciais que se referem às causas tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R$ 512.932 e R$ 519.591 na Controladora e Consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R$ 591.299 e R$ 33.756.451 em 31 de dezembro de 2020).

Os assessores legais, com base em precedentes e decisões judiciais favoráveis, classificam as chances de perda como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída por não se tratar de uma obrigação legal.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Processos tributários	166.698	84	166.698	52.026
Processos cíveis	338.723	587.049	345.382	33.644.211
Processos trabalhistas	7.511	4.166	7.511	60.214
Total	512.932	591.299	519.591	33.756.451

22. Obrigações de benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas oferecem a um grupo de funcionários e inativos que efetuaram contribuições fixas para o plano de assistência médica, o direito de permanência no plano de saúde após a aposentadoria pagando o prêmio médio.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e sua controlada mantém uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R$ 1.045 e R$ 16.777, na controladora e no consolidado, respectivamente. Estes saldos estão apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em rubrica do passivo não circulante denominada “Outros passivos”.

O passivo atuarial demonstrado foi calculado por atuário independente considerando certas premissas aplicáveis a realidade desta obrigação.

Estes saldos estão apresentados nas demonstrações contábeis em rubrica do passivo não circulante denominada “outros passivos”.

	Premissas atuariais	
	2016	**2015**
Taxa real de reajuste anual da mensalidade	5,90%	7,22%
Taxa de inflação projetada	4,88%	6,89%
Taxa real de juros anual	4,88%	6,98%
Reajuste salarial nominal	7,60%	9,90%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000

23. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita bruta:				
Mercado interno	975	1.762	310.814	437.435
Mercado externo	-	-	853	35.711
Total	975	1.762	311.667	473.146
Devoluções e cancelamentos	-	-	(499)	(12.146)
Impostos incidentes sobre a receita	(90)	-	(23.675)	(39.097)
Receita líquida	885	1.762	287.493	421.903

A Companhia analisa a receita bruta por linha de negócio. As informações, por tipo de receita, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

	Engenharia pesada	**Investimentos em projetos de infraestrutura**	**Consolidado**
Receita bruta:			
Mercado interno	188.557	122.257	310.814
Mercado externo	853	-	853
Total	189.410	122.257	311.667

24. Demonstração do resultado por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Gastos com pessoal	(9.202)	(1.485)	(83.594)	(130.781)
Serviços de terceiros	(17.541)	(4.532)	(104.229)	(122.833)
Remuneração do pessoal-chave da administração (Nota 7.3)	(10.401)	(1.403)	(13.835)	(6.048)
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	1.912
Gastos gerais	5.187	3.764	(18.795)	(46.944)
Aluguéis	(49)	-	(7.168)	(16.956)
Utilidades e serviços	(452)	(8)	(3.514)	(3.294)
Materiais de consumo e aplicação	-	-	(31.436)	(45.109)
Custo de mercadoria vendida	(619)	(130)	(1.681)	(1.512)
Depreciação e amortização	(1.239)	(1.841)	(4.625)	(15.315)
Viagens e representações	(88)	(105)	(700)	(736)
Impostos e taxas	(641)	147	29.442	(51.081)
Provisão para contingências	(69.938)	(19.311)	(77.152)	(181.346)
Baixa de contas a receber	-	-	-	(1.753)
(Provisão) reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(105.640)	-	(105.640)	(40.888)
Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*")	(87.368)	-	(170.097)	(229.432)
Acordo global órgãos públicos (Nota 19)	(195.561)	-	(195.561)	-
Outros	3.877	73.389	140.152	(130.414)
Total	(489.675)	48.485	(648.433)	(1.022.530)
Custos na venda de imóveis e dos serviços prestados	(72)	(815)	(171.283)	(269.839)
Despesas gerais e administrativas	(39.022)	(9.599)	(78.195)	(179.305)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 25)	(450.581)	58.899	(398.955)	(573.386)
Total	(489.675)	48.485	(648.433)	(1.022.530)

25. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão (reversão) da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(105.640)	-	(105.640)	(40.888)
Provisão para perda em investimentos	-	77.770	-	(30.424)
Baixa de contas a receber	-	-	-	(1.753)
Ganho (perda) de participações societarias	30.146	-	157.136	-
Resultado na venda de imobilizado	(3.854)	(2.368)	1.512	5.163
Provisão para contingências	(69.938)	(19.311)	(76.975)	(181.346)
Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*")	(87.368)	-	(170.097)	(229.432)
Reconhecimento de passivos financeiros	-	-	-	5.709
Provisão para perda de ativos	-	-	(202)	-
Baixa de projetos abortados	-	-	-	(129)
Perda na realização de ativos	-	-	-	(537)
Provisão para perda em estoques	-	-	-	(176.536)
Acordo global órgãos públicos	(195.561)	-	(195.561)	-
Despesa com obras encerradas	4.047	3.981	1.205	1.313
Outras	(22.413)	(1.173)	(10.333)	75.474
Total	(450.581)	58.899	(398.955)	(573.386)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros recebidos ou auferidos sobre:				
Aplicações financeiras	-	-	896	431
Títulos a receber	-	-	69	1.815
Outros	-	223	95	1.259
Variação monetária/cambial ativa	8.121	29.241	18.224	84.938
Ajuste a valor a valor justo de acordos órgão público (Nota 19)	119.912	-	119.912	34.261
Ganho na reestruturação de dívidas financeiras (Nota 13.4)	-	-	-	9.643
Outras receitas	46	-	68.352	278.295
Subtotal	128.079	29.464	207.548	425.229
Despesas financeiras				
Juros pagos ou provisionados sobre:				
Empréstimos e financiamentos	(108)	(1.317)	(35.128)	(36.559)
Debêntures	(59.201)	(102.614)	(106.157)	(132.740)
Senior e Perpetual Notes	-	-	(3.507)	(44.725)
Outros	(7.107)	(20.718)	(11.056)	(52.586)
Variação monetária/cambial passiva	(25.002)	(45.923)	(81.932)	(102.233)
Juros sobre acordo órgãos públicos	(64.037)	-	(64.037)	-
Comissões, despesas e fianças bancárias	(10.148)	(19.950)	(12.415)	(22.565)
Ajuste a valor presente de empréstimos	(22.638)	-	(22.638)	(61)
Ajuste a valor presente de debêntures	(135.184)	(41.098)	(135.184)	(41.098)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(1.733)	(2.409)	(4.203)	(13.900)
Ajuste a valor presente de acordos órgão público	(55.225)	(51.115)	(56.336)	(54.182)
IOF	(210)	(14)	(616)	(38)
Outras despesas	-	-	(14.239)	(9.908)
Subtotal	(380.593)	(285.158)	(547.448)	(510.595)
Total	(252.514)	(255.694)	(339.900)	(85.366)

27. Seguros (não auditado)

Concessão - Danos materiais e responsabilidade civil

As controladas da área de concessão mantêm seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil.

Riscos de engenharia e outros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de *property* (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil e danos materiais a veículos e equipamentos próprios.

O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros.

28. Contratos de concessão e de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP")

As controladas indiretas Arena das Dunas, Fonte Nova, Sagua, Porto Novo e TCR são empresas que detêm contratos com entidades públicas nas modalidades de concessão administrativa ou parcerias público-privadas para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, essas atividades são submetidas à contabilização conforme a ICPC 01 (R1). Segue abaixo um breve descritivo de cada contrato:

a) Arena das Dunas

A Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 06 de abril de 2011, tendo como objetivo a exploração da concessão administrativa para prestação dos serviços de demolição e remoção do estádio Machadão e Ginásio Machadinho, construção, gestão da operação e manutenção da Arena das Dunas, de características multiuso, podendo no fiel cumprimento do seu objeto realizar: a exploração de atividade de engenharia civil, inclusive desenvolvimento, gerenciamento, construção e execução de obras civis, por si ou por terceiros; a exploração mediante a compra e venda de bens, realização de eventos, exploração de publicidade e serviços de valor adicionado de telecomunicações, bem como outras atividades complementares; a locação de bens e espaços móveis e imóveis; e a importação e exportação de bens e serviços em geral, tudo em conformidade com o disposto no edital de concorrência pública internacional nº 01/2011 expedido na forma de lei, pelo Estado do Rio Grande do Norte. O contrato de concessão teve início no dia 15 de abril de 2011, finalizando sua vigência em outubro de 2031.

O Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011. Atualmente, a Arena das Dunas está recebendo o equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ("TCE-RN"), por ter o poder judiciário do Rio Grande do Norte entendido ser este o percentual incontroverso, com base no apontado no relatório do TCE-RN.

A contraprestação pecuniária a ser paga a concessionária corresponde a um valor nominal mensal de R$ 15.942. Deste montante, 85% correspondem à parcela fixa da contraprestação, e 15% correspondem à parcela variável da contraprestação, esta última depende de indicadores de desempenho pactuados contratualmente relacionados à operação da Arena. A parcela fixa sofrerá reduções ao longo do contrato, não ocorrendo qualquer redução e/ou acréscimo na parcela variável. Após a entrega da obra, do 1º ao 8º ano, não há redução da contraprestação fixa. Do 9º ao 12º ano de operação haverá a redução de 30% da contraprestação fixa. Do 13º ano da operação até o fim do contrato haverá a redução de 100% da contraprestação fixa, sendo mantida apenas a contraprestação variável.

A taxa utilizada na atualização do ativo financeiro é a TIR (Taxa Interna de Retorno), calculada em 28,00% (a.a.).

b) Fonte Nova

A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Público Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito especifico, cujos objetos sociais incluam a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital n° 001/2009.

A Arena Fonte Nova é controlada em conjunto pela Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial ("NPP") e pela E2 Arenas e tem sede em Salvador-BA.

Em 26 de outubro de 2021 a Companhia celebrou com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, o Termo Aditivo nº 5 ("5º Aditivo" ou "aditamento") ao Contrato de PPP nº 02/2010.

Fundamentado pelo Estudo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro realizado pelo Banco Fator, o 5º Aditivo estabeleceu a emissão de empenho direto em nome dos Credores ("Empenho Direto"), para amortização parcial da dívida oriunda dos contratos de financiamentos firmados no âmbito da Concessão.

A operação do Empenho Direto culminou com a redução do valor da Contraprestação Pública devida pelo Poder Concedente à Concessionária, que passou de R$ 180,9 milhões para R$ 102,3 milhões anuais. Não houve alteração do prazo de pagamento da contraprestação pública.

O aditamento estabeleceu também a redução do prazo da concessão, que passou de 35 anos para 18 anos e 02 meses, encerrando-se em 31 de março de 2028.

Como resultado da controvérsia acerca do mecanismo de Compartilhamento de Risco de Demanda, a qual motivou a Glosa do pagamento da Contraprestação da competência janeiro de 2018, o 5º Aditivo estabeleceu a devolução do valor glosado, bem como o pagamento, a favor da Concessionária, referente ao Risco de Demanda Compartilhado, conforme apurado em Peritagem técnica elaborada pela Ernst & Young.

Por fim, foi estabelecido que a Concessionária deverá compartilhar 10% das Receitas Operacionais Líquidas auferidas anualmente com o Poder Concedente a partir da assinatura do termo aditivo.

c) Sagua

A Sagua é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada em 4 de julho de 2014, com o objetivo de prestar serviços de esgotamento sanitário no município de Guarulhos, no Estado de São Paulo. A Sagua firmou contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para realização de transporte, tratamento e destinação final de esgoto sanitário da área urbana do referido município, por um período de 30 anos. Os investimentos, que constituem a principal obrigação e meta de desempenho da Sagua no âmbito do contrato de PPP, estão orçados em aproximadamente R$ 1,2 bilhão.

A Sagua iniciou suas operações conforme previsto no Contrato de PPP, assumindo plenamente a operação de três Estações de Tratamento de Esgotos e adotando imediatamente as providências necessárias para a contratação dos financiamentos necessários para fazer frente aos investimentos previstos. Não obstante, meses após a assinatura do Contrato de PPP o SAAE passou a enfrentar dificuldades financeiras decorrentes de descumprimentos contratuais por parte do poder concedente, dando início as demandas abaixo

Arbitragem

SAGUA e SAAE celebraram um Contrato de Parceria Público Privada em 28/08/2014. O SAAE deixou de efetuar suas principais obrigações contratuais acarretando em danos irreparáveis à SAGUA e à prestação dos serviços.

Durante 3 anos a SAGUA manteve a prestação dos serviços essenciais à população de Guarulhos e, diante dos inadimplementos com uma Ação de Execução de Obrigação de Fazer com Pedidos Acautelatórios e de Tutela de Urgência em 26/10/2017 (processo nº 1040299-19.2017.8.26.0224, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos).

Em 11 de dezembro de 2017, o SAEE notificou a SAGUA quanto ao Processo Administrativo nº 8428/2017, determinando a caducidade do contrato de PPP e, em fevereiro de 2019 foi constituída a intervenção na Concessão (Decreto 35568) até 25 de agosto de 2019.

Em 16 de abril de 2019 e 26 de julho de 2019, a SAGUA instaurou um procedimento de árbitro provisório contra e a efetiva arbitragem, respectivamente, contra o SAAE e o Município de Guarulhos perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP requerendo, entre outros pedidos, que o Município e o SAAE (i) se abstivessem de declarar a caducidade da concessão, (ii) franqueassem acesso aos processos administrativos relacionados ao Contrato de PPP; (iii) pagassem os valores mutuamente acordados e devidos, além de discutir inadimplementos e arbitrariedades cometidos pelo SAAE e Município de Guarulhos.

A primeira fase da arbitragem foi concluída, tendo sido proferida sentença parcial em 19/02/2021. A segunda fase foi iniciada em 16/07/2021 e está em curso.

Demandas judiciais

Foram ajuizadas uma (i) Ação Civil Pública n° 1041125-40.2020.8.26.0224 (“ACP”) e (ii) Ação Anulatória n° 1017778-41.2021.8.26.0224, ambas em trâmite junto à 1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos (TJSP).

Na ACP, ajuizada pelo MPSP em 03/12/2020, além de se discutir a regularidade da execução do contrato e de se buscar o ressarcimento ao erário de valores que sequer foram pagos à SAGUA (matéria geral), o parquet buscou desconstituir a arbitragem. O MPSP requereu: liminarmente, a suspensão da arbitragem; e no mérito a declaração de nulidade da cláusula arbitral, sob a alegação de que a matéria discutida na arbitragem envolve direito indisponível.

O pedido liminar foi indeferido pelo juízo de 1º grau. O MPSP interpôs o Agravo de Instrumento n° 2000784-11.2021.8.26.0000 com pedido liminar contra a decisão de 1ª instância. O relator do AI também indeferiu a tutela recursal pleiteada. Foram apresentadas defesas tanto na ACP quanto no AI correspondente e ambos os processos estão pendentes de julgamento de mérito.

d) Porto Novo

A Concessionária Porto Novo S.A., tem como objeto exclusivo, através de Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP"), a prestação de serviços visando a revitalização, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico Região do Porto do Rio de Janeiro - AEIU Portuária ("AEIU"), de acordo com o Edital de Concorrência Pública, nº 001/2010 da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento e Companhia de Desenvolvimento Urbana da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP.

A Lei Municipal n° 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando a melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho.

d.1) TCR

Em 13 de maio de 2013, a Porto Novo constituiu sua subsidiária integral TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A., que tem como objetivo a exploração de receitas acessórias de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), inclusive as atividades de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia ("Projeto Associado"), através da utilização de fibra óptica e demais atividades do Contrato de PPP autorizada através do OFÍCIO CDURP/DOP 049/2013 de 18 de abril de 2013.

A TCR é uma companhia prestadora de serviços de telecomunicações licenciada pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel ("ANATEL") e tem como objeto implantar, operar, manter e gerenciar a principal infraestrutura compartilhada de telecomunicações da AEIU criada pela Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009 do Município do Rio de Janeiro. A TCR tem como clientes, exclusivamente, as operadoras licenciadas pela Anatel, que desejam prestar serviços de telecomunicações nessa região.

Os recursos necessários para conclusão dos compromissos já assumidos pela Companhia relacionados ao Projeto Associado e para manutenção das atividades operacionais serão financiados pelos acionistas e por terceiros.

De acordo com as projeções da Administração da Companhia, os investimentos serão absorvidos pelas receitas de operações futuras e a situação de capital circulante negativo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, advém dos juros sobre a dívida, junto a CEF, serem maiores que o índice de correção dos valores não recebidos do Poder Concedente. Estes valores estão sendo discutidos na arbitragem de 8 de maio de 2019.

29. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, as quais não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos por controladas	-	-	-	-
Impostos de renda sobre aplicação financeira	-	-	-	-
Captação de debêntures, líquida de custos	40.000	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado - Leasing e Finame	-	-	-	5.697
Adições ao intangível	-	-	102.933	-

30. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações contábeis.

* * * * *